

Título do capítulo	CAPÍTULO 11 TRABALHO EM GRUPO
Autores(as)	Bolívar Pêgo Rosa Moura
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap11

Título do livro	FRONTEIRAS DO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DO ARCO SUL
Organizadores(as)	Bolívar Pêgo Rosa Moura Maria Nunes Caroline Krüger Paula Moreira Gustavo Ferreira
Volume	5
Série	Fronteiras do Brasil
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-007-3
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

TRABALHOS EM GRUPO¹

APRESENTAÇÃO DA ATIVIDADE: O ARCO SUL, A PESQUISA FRONTEIRAS E O TRABALHO EM GRUPO

Bolívar Pêgo²

Rosa Moura³

O arco Sul é composto pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Possui fronteira com três países – Paraguai, Argentina e Uruguai –, representando um total de 3.694 km de extensão, sendo 1.365 km, 1.261 km e 1.068 km, respectivamente. Como nos arcos Norte e Central, sua faixa de fronteira tem 150 km de largura, envolvendo 418 municípios, sendo 139 no Paraná, 82 em Santa Catarina e 197 no Rio Grande do Sul. Tem uma população de 6,5 milhões de habitantes (3,1% da população total do Brasil e 60% da população fronteiriça) e, das 33 cidades gêmeas brasileiras, dezesseis estão no seu território, com destaque para Foz do Iguazu-Cidade do Leste-Puerto Iguazu (maior arranjo fronteiriço da faixa de fronteira), além da tríplice fronteira Brasil-Paraguai-Argentina.

A pesquisa Fronteiras do Brasil possui cinco grandes objetivos:

- organizar informações e produzir um conjunto sistemático de estudos que compreendam aspectos econômicos, sociais, ambientais e de governança em relação aos municípios localizados na faixa de fronteira brasileira e seus vizinhos sul-americanos;
- caracterizar e analisar os arranjos transfronteiriços (muitos considerados cidades gêmeas) e as alternativas compartilhadas de gestão urbana;
- analisar e avaliar as políticas públicas ora em desenvolvimento na faixa de fronteira brasileira e as relações transfronteiriças;
- realizar oficinas temáticas para debater questões, hipóteses e conhecer melhor a realidade local da fronteira; e

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap11>

2. Coordenador-geral de pesquisa em questões regionais, urbanas e ambientais na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; e coordenador da pesquisa *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*. A apresentação pode ser vista por meio do link: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/apresentacoes/09_oficina_arco_sul_livro_5_apresentacao_ipea_v_22_nov_2017.pptx>.

3. Profissional sênior na Dirur/Ipea.

- apresentar sugestões de melhoria das políticas públicas sobre fronteiras.

Antes do início da apresentação das atividades em grupos de trabalho, serão apontados alguns aspectos que devem ser considerados nos debates, a começar pela vulnerabilidade de determinados pontos da região. Entre dezesseis pontos vulneráveis identificados na faixa de fronteira brasileira, apenas três se encontram no arco Sul: a fronteira tríplice Argentina-Paraguai-Brasil (Foz do Iguaçu e Guaíra, no Paraná); a região de Dionísio Cerqueira (Santa Catarina) e Barracão (Paraná); e a tríplice fronteira Argentina-Uruguai-Brasil (Barra do Quaraí, no Rio Grande do Sul) e a BR-290 (na região de Uruguaiana, também no Rio Grande do Sul).

Mesmo com menor extensão em relação aos demais arcos, há que se registrar que em toda a área da linha de fronteira do arco Sul se repetem ilícitos a exigir maior controle como garantia de segurança pública, tais como: tráfico de drogas, de armas de fogo, munições e explosivos; tráfico de pessoas, trabalho escravo, imigração ilegal; abigeato (roubo de animais, como gado, equinos etc.); roubo de veículos; contrabando, sonegação e evasão de divisas; crimes ambientais; conflitos fundiários; e crimes transnacionais.

Como enfrentar essa problemática? Como se beneficiar da diversidade e das oportunidades que cada parte da fronteira tem a oferecer? A primeira atitude a ser tomada é identificar as lógicas e os agentes que movem as ilicitudes e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade, o leque de opções e quais os agentes que podem ser potencializados para solucionar a questão e garantir um processo de integração e desenvolvimento.

Esta pesquisa busca aproximar-se da realidade dos agentes que convivem no cotidiano da fronteira, por meio das oficinas de trabalho e das atividades de campo, da leitura do espaço fronteiriço. Nessas atividades, privilegiam-se o despertar de ideias, propostas e alternativas que contribuam para a elaboração de políticas públicas adequadas à fronteira brasileira. Portanto, os debates são fundamentais nesta etapa dos trabalhos.

A seguir são registrados os principais produtos resultantes desta pesquisa.

- Oficina de trabalho Fronteiras do Brasil: uma Análise de Políticas Públicas, promovida pelo Ipea, em Brasília, em junho de 2016, e a publicação de seus resultados em livro.⁴
- Oficina de trabalho *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Norte*, em Boa Vista (Roraima), realizada em novembro de 2016, e a publicação de seus resultados em livro.⁵

4. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/170628_frenteiras_do_brasil_volume2.pdf>.

5. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33583>.

- Oficina de trabalho *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Central*, em Corumbá (Mato Grosso do Sul), em junho de 2017, com a publicação de seus resultados em livro.⁶
- Oficina de trabalho *Fronteiras do Brasil: uma avaliação do arco Sul*, em Uruguaiana (Rio Grande do Sul), em novembro de 2017, cujo resultado compõe este livro.
- Publicação do livro intitulado *Fronteiras do Brasil: uma avaliação de política pública*,⁷ volume autoral, contendo capítulos que envolvem questões relevantes sobre o tema.

Esta, portanto, é a quarta e última oficina de trabalho da pesquisa referente à fronteira oeste brasileira com todos os países sul-americanos, exceto Equador e Chile.

Dando início aos trabalhos em grupo, as discussões devem estar vinculadas aos objetivos da oficina: levantar questões e hipóteses; e conhecer melhor a realidade local da fronteira do arco Sul, visando contribuir para a melhoria das políticas públicas sobre fronteiras. Os pontos norteadores dos encontros são avaliar as políticas públicas já implementadas e em implementação; debater temas para um diagnóstico da situação atual; discutir a efetivação dos acordos firmados no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul), entre outros; recomendar ações e soluções públicas compartilhadas; e propor encaminhamentos.

As atividades devem respeitar as quatro escalas de análise do projeto: local; regional (os arcos, conjuntamente com a escala estadual); nacional; e internacional. No projeto, entende-se que a origem dos problemas, as incidências e as soluções perpassam mais de uma escala e exigem estratégias de intervenção ao mesmo tempo articuladas e diferenciadas, assim como transescalares. Dessa forma, nos grupos de trabalho, a análise sobre cada área temática deve levar em consideração todas essas escalas e estratégias.

Os grupos foram organizados com base em três áreas temáticas, relacionadas a seguir.

- 1) Economia e desenvolvimento: podendo abranger, ainda, os subtemas infraestrutura e logística (presença ou previsão de corredores viários, circulação, transportes, aduana, pontes, navegação); financiamento (infraestrutura e equipamentos urbanos); tecnologia (pesquisa em universidades, institutos federais); regulação e mecanismos institucionais interfederativos de gestão; e o papel do Mercosul e suas ações estratégicas.

6. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35256&Itemid=444>.

7. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34441>.

- 2) Gestão urbana: podendo contemplar, também, planejamento e gestão (integração entre municípios dos arranjos transfronteiriços existentes no arco Sul, participação e debates entre segmentos atuantes dos dois lados da fronteira, ações compartilhadas); equipamentos e serviços (saúde, educação, cultura, mobilidade, circulação urbana, saneamento, gestão de águas e rios, entre outros); turismo (patrimônio arquitetônico, histórico e natural, turismo de compras, turismo de passagem no cruzamento da fronteira); e regulação e mecanismos interfederativos de gestão.
- 3) Defesa do território e integração entre os povos: com possibilidade de tratar dos subtemas gestão ambiental (unidades de conservação, recursos minerais, biodiversidade, vigilância sanitária, cooperação internacional); povos da região (nações indígenas, ribeirinhos, assentados, quilombolas, garimpeiros, posseiros, mineradores, agricultores, pecuaristas e madeireiros); migrações (impactos das migrações, estratégias de acolhimento ao imigrante, orientação ao emigrante, inclusão produtiva, sistema de monitoramento); segurança (ilícitos ambientais; mineração irregular; biopirataria; hidropolítica; tráfico de drogas; armas e pessoas; cooperação técnica na área de inteligência; e protocolo comum entre órgãos de controle da fronteira); e regulação e mecanismos institucionais interfederativos de gestão.

Os debates são estruturados em dois conjuntos: contextualização, avaliação, desafios e oportunidades; e sínteses, recomendações e encaminhamentos. A dinâmica estabelecida para a atividade é organizada da seguinte forma: no primeiro dia (22 de novembro), foram destinados trinta minutos para reflexão individual dos participantes e anotações dos pontos fundamentais concernentes a um roteiro de questões; posteriormente serão contextualizados e debatidos os problemas do arco Sul, avaliadas as ações governamentais e de outros agentes e apontados os grandes desafios. No segundo dia (23 de novembro), foram sumarizadas as conclusões e recomendações, apresentadas e debatidas em plenária, e sugeridos os encaminhamentos.

DISCUSSÃO EM GRUPOS

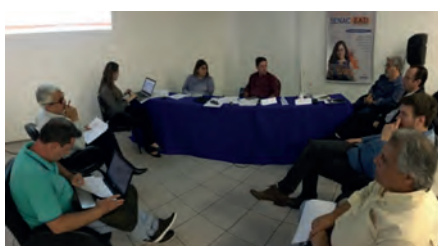
Para operacionalização da dinâmica de grupo foi escolhido o método de grupo focal,⁸ no qual os participantes foram distribuídos em círculo para facilitar a discussão das questões propostas pelo grupo de pesquisa. Com esse formato garantiu-se a valorização da fala dos agentes locais, assim como foi dado maior estímulo ao debate, à reflexão e à avaliação. Todos os participantes contribuíram para a organização do espaço, as discussões e as conclusões sobre os temas.

8. Sobre o método, ver Kahan (2001) e Morgan (1996).

Os mediadores iniciaram os trabalhos com a descrição das atividades que seriam realizadas e solicitaram que cada um dos participantes se apresentasse, dizendo nome, instituição de origem, localidade e expectativa quanto à oficina. Imediatamente depois, solicitou-se ao grupo que indicasse um relator. O momento seguinte de trabalho dos grupos foi dedicado à reflexão individual sobre as questões sugeridas, respeitando-se os temas centrais de cada equipe e a elaboração dos apontamentos para o momento do debate.

Os resultados dessa dinâmica de trabalho em grupos serão apresentados sob a seguinte organização: identificação dos grupos (coordenação, relatoria e participantes); apresentação dos apontamentos individuais segundo o roteiro de questões norteadoras e o conteúdo dos debates; e inserção do quadro-síntese de apoio à relatoria de cada grupo.

GRUPO A: ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Coordenador: Bolívar Pêgo (Ipea)

Facilitadora: Caroline Krüger (Ipea)

Relator: Flávio Berté – Núcleo de Fronteira de Santa Catarina (NFSC); e Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Participantes

- Adriana Dorfman – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- Fernando Balbuena – Câmara de Vereadores de Barra do Quaraí
- Gregorio Tabakián – Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da Universidad de la República (FHCE/Udelar) do Uruguai
- Jorge Cartagena – Centro de Formación para la Integración Regional (CEFIR)/Observatorio de Frontera (Uruguai)
- Lay Vaz Lacerda Júnior – Associação Amigos do Rio Canoagem (AARC)

- Luiz Alberto Fernandes Gomes – Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)
- Luiz Augusto Schneider – Agência de Desenvolvimento de Uruguaiana
- Mariano Pauluk – Universidad Nacional de Quilmes (UNQ) da Argentina
- Roberto Thevenet – Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) do Rio Grande do Sul

Temas e questões que orientaram os apontamentos individuais, os debates no grupo de trabalho e a elaboração do relatório apresentado na plenária, a seguir.

Contextualização

- Como vê a faixa de fronteira? Qual a grande dificuldade e a grande oportunidade do morador da fronteira?
- Considera adequada a largura de 150 km de faixa de fronteira para o arco Sul? Por quê?

Avaliação

- Como avalia as políticas públicas referentes a: *i*) infraestrutura e logística (presença ou previsão de corredores viários, circulação, transportes, aduana, pontes, navegação); *ii*) financiamento (infraestrutura e equipamentos urbanos); e *iii*) tecnologia (pesquisa em universidades, institutos federais e outros)?
- Considera adequados os meios de regulação e os mecanismos institucionais interfederativos de gestão?
- Como vêm sendo efetivados os acordos firmados no âmbito do Mercosul?

Desafios

- Quais seriam os grandes desafios e as principais recomendações quanto a políticas públicas para o arco Sul na faixa de fronteira?
- Como os governos têm atuado diante desses desafios? Há participação de empresas privadas e entidades civis? Quais? Como participam?

Oportunidades

- Dadas as diferenças das regiões da fronteira, que políticas diferenciadas e/ou acordos exitosos de outras regiões você sugere que sejam implementados para o enfrentamento dos desafios da faixa de fronteira do arco Sul?

RELATÓRIOS INDIVIDUAIS

Adriana Dorfman (UFRGS)

Contextualização

A faixa de fronteira oficialmente estabelecida serve para visualizar o espaço e poderia ajudar no planejamento. Ela tem um caráter de defesa, que tem sido reativado recentemente. Todavia, esse recorte territorial só faz sentido na escala do Estado brasileiro. A grande dificuldade para o morador da fronteira é a situação periférica aos centros de decisão, o que o torna minoritariamente considerado e muitas vezes mal compreendido.

A área de segurança nacional, que coíbia a ação política, era muito prejudicial. A faixa de fronteira de 150 km não me parece prejudicar o desenvolvimento econômico. Acho que o argumento de que ela é prejudicial está para ser provado. Em suma: pensando na escala nacional, 150 km é proporcional. A influência da fronteira no Rio Grande do Sul atinge todo o sul do estado.

Avaliação

As políticas públicas referentes à fronteira carecem de um plano de execução coerente, de médio prazo. As políticas de conectividade têm avançado lentamente, e as de financiamento ganharam com a exigência de fóruns locais de validação, mas necessitam de continuidade. As políticas de tecnologia, no que diz respeito a instituições de ensino, foram muito importantes, marcaram a região, e esperamos que tenham continuidade.

Não considero adequados os meios de regulação e interação interfederativos. Em primeiro lugar, ao operarem da linha para o interior do território, negam a distância da região. Em segundo lugar, são estruturas voláteis, pessoalizadas, que pouco criam em termos de cultura e memória. Por fim, essas estruturas são, em geral, meramente consultivas.

Os acordos firmados no Mercosul geralmente são avaliados negativamente, por uma expectativa de integração total não atingida. Nos setores econômicos, foram vários avanços em setores dinâmicos. Os acordos ligados aos direitos dos cidadãos são importantes, mas não são respeitados por todos os órgãos envolvidos em sua materialização. O Mercosul funciona melhor para o centro.

Desafios e oportunidades

O grande desafio é a geração de renda – a valorização de cadeias produtivas locais, o reconhecimento das dinâmicas transfronteiriças, os programas de médio e longo prazos com caráter propositivo, a integração com o setor privado e o envolvimento das organizações sociais no desenvolvimento social.

Os governos municipais mais engajados criam soluções muito boas, mas que perecem diante da interrupção do apoio de outras escalas. Há pouca integração entre o setor público e as entidades civis.

A grande oportunidade do morador da fronteira é a diversidade cultural e social. Por conviver com diferentes sistemas sociais e econômicos, línguas, pessoas em trânsito etc., os fronteiriços aprendem muito e têm uma posição privilegiada para negociar.

Fernando Balbuena (vereador por Barra do Quaraí)

Contextualização

Os 150 km de largura da faixa de fronteira são uma distância boa, pois os nossos municípios são bem próximos um do outro.

Avaliação

Quando o câmbio está desvalorizado, não tem emprego e há falta de investimentos nas fronteiras por parte do governo federal. As rodovias federais não têm a manutenção adequada, e os rios não dão condições para navegação. A nossa aduana de Barra do Quaraí está abandonada, e, na de Uruguaiana, falta o atendimento correto para os turistas. Nessa crise, falta infraestrutura, pois os recursos não chegam às fronteiras.

Não considero adequados os meios de regulação e os mecanismos institucionais interfederativos de gestão, porque falta maior integração entre os órgãos; não há diálogo entre as instituições. Os acordos firmados no âmbito do Mercosul não se realizaram de fato e de direito, permaneceram só no papel.

Desafios e recomendações

O grande desafio, e minha principal recomendação, é que os governantes e políticos vejam as fronteiras com o verdadeiro valor que de fato elas têm.

Flávio Berté (NFSC/Alesc)

Contextualização

A faixa de fronteira é um território onde as pessoas vivem em um zoneamento definido como linha de fronteira, cidades gêmeas, zona de fronteira. A faixa é abrangente, ampla, precisando, assim, que sejam definidas políticas específicas para esse território e suas diferenças, para cidades conurbanas/cidades gêmeas, cidades na linha de fronteira e demais municípios. A área de 150 km é ampla, por isso será adequada se tratada por área específica.

Para os moradores de fronteira, as grandes oportunidades podem surgir se houver a conscientização de que vivem em um lugar diferenciado e que eles podem fazer esse lugar melhor.

Avaliação

A maior dificuldade é a burocracia. Os territórios não se apropriaram das tecnologias para facilitar a vida das pessoas. Vivemos uma realidade não melhorada com relação ao tempo, sendo necessária a definição de políticas públicas específicas aplicadas a estrutura física, modernização e viabilização, aplicação e utilização das fermentas tecnológicas, para facilitar a vida das pessoas que vivem nesse território, bem como daquelas que precisam transitar pelas fronteiras.

Considero os meios de regulação e os mecanismos institucionais interfederativos de gestão que operam na faixa de fronteira muito morosos para ações práticas e necessárias, e, muitas vezes, a governança deles se dá muito distante das pessoas que vivem e convivem no território da faixa de fronteira.

Os acordos são grandes avanços para oportunizar a mudança de um conceito, para transformar a definição de linha de fronteira ou divisa de fronteira em um conceito de lugar onde as pessoas vivem.

Existem políticas públicas e recursos possíveis financiáveis, o que falta é uma ação qualificadora capaz de produzir e priorizar projetos estratégicos de forma integrada com a participação e representação dos três setores: público, privado e terceiro setor.

Recomendações

Estabelecer uma agenda política para definição de projetos estratégicos a serem construídos pelos territórios com a participação dos setores público, privado e terceiro setor, sobre diferentes situações e tipos geográficos de fronteira.

É muito importante avançar, dando continuidade às políticas públicas da faixa de fronteira. Para isso, proponho três sugestões, conforme a seguir.

- 1) Definir e estabelecer um grande evento representativo dos arcos da faixa de fronteira, interagindo com a presença dos ministérios, para apresentar três prioridades estratégicas identificadas nos seminários a serem consolidadas e fazerem parte da agenda oficial do governo.
- 2) Incluir no debate a formalização legal para a criação de consórcios públicos binacionais (Brasil-Uruguaí; Brasil-Argentina; Brasil-Paraguai), assim diferenciados, contemplando cada realidade territorial.
- 3) Avançar na definição da política pública de custeio para saúde nos municípios da linha de fronteira e cidades gêmeas, por meio de regulamentação por lei.

Gregório Tabakián (FHCE/Uruguai)*Contextualización*

Las fronteras deberían pensarse más allá de los límites geográficos. Como antropólogo me interesa conocer como los límites culturales traspasan las fronteras. Descubrir la influencia de los diferentes aportes en la región, conformando grupos culturales determinados. A modo de ejemplo: Bella Unión y la influencia de Monte Caseros y Barra do Quaraí en relación a los conocimientos etnobotánicos y etnomedicinales que podemos encontrar en la actualidad.

Por lo general, considero que vivir en la frontera está lleno de oportunidades sobre todo por los intercambios culturales.

Las dificultades pueden observarse en la infraestructura. Ejemplo: el puente en Monte Caseros.

Evaluación

Generalmente, desde Uruguay, las políticas públicas en cuanto infraestructura y tecnología (investigación universitaria) son dejadas de lado en las zonas fronterizas.

El Mercado Común del Sur (Mercosur) no ha efectivizado los acuerdos. Las fronteras “desaparecen”. Hay que abrirse culturalmente al intercambio.

Desafíos

Grandes desafíos: la integración. Considero que la integración debería tornarse como política pública.

Desde Uruguay las políticas públicas de infraestructura no son tenidas en cuenta para el extremo norte del territorio. El Departamento de Artigas es el menos considerado del nuestro país. La infraestructura del mismo departamento recién está recibiendo capitales para su mejoría. Lo mismo a nivel universitario, aún no existe en el extremo norte uruguayo centros universitarios. Las investigaciones que allí se realizan son mediante los intereses personales y el ganar algún proyecto financiado de investigación.

Sin duda que la franja de frontera para el “arco Sur” desde Uruguay no es considerada significativa o importante.

Jorge Cartagena (CEFIR/Observatorio de Frontera)*Contextualização*

Essa faixa de território, os Estados determinaram como uma maneira de controlar os limites do ponto de vista da vigilância, em busca da defesa nacional e/ou por razões econômicas, controle do trânsito de mercadorias ou pessoas. Essa

condição estabelecida por lei define um *status* interno para fins de cumprimento dos objetivos básicos do Estado como tal. No entanto, essa faixa, geralmente em termos econômicos e sociais, acaba sendo principalmente um território “mal atendido”, principalmente considerando um país de dimensões como o Brasil.

A determinação do número de quilômetros que compõem a chamada faixa de fronteira foi definida em termos de defesa e considerando a capacidade de resposta das forças dedicadas às tarefas em caso de violação dos limites do território nacional. A capacidade de resposta dos exércitos foi aprimorada pelas inovações na comunicação em suas várias formas. Isso parece que, além da proporcionalidade com a superfície do país, é excessivo no momento. As hipóteses de ações bélicas são praticamente mínimas, e outras ações que implicam a violação do território por ações de outro país também são praticamente nulas. Então, como forma de impulsionar esses territórios, seria perfeitamente possível reduzir o número de quilômetros e fornecer aos responsáveis pela vigilância melhores meios e níveis mais altos de informações estratégicas que facilitassem a consecução dos objetivos.

Avaliação

Em termos de políticas públicas e ações relacionadas a infraestrutura e logística, é aqui que, fundamentalmente, o potencial e o desenvolvimento dos setores privados têm permitido que essas áreas cresçam como resultado do impulso e da dinâmica de atividades ligadas ao agronegócio e à circulação de outros tipos de mercadorias (importação/importação). Ele vem melhorando, resultando em infraestrutura insuficiente, dotações de recursos e tecnologia.

Na logística, uma das questões centrais para um melhor uso dos fluxos de produção não corresponde à realidade e às necessidades do setor produtivo e industrial. A logística é um “gigante adormecido”, mas está presente por trás de todas as ações dos consumidores. Quando melhores serviços de logística estão disponíveis, a demanda é maior.

Quanto ao financiamento, uma ferramenta financeira poderosa como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é sem dúvida um incentivo a todas as iniciativas que ocorrem nessa área. Também o são alguns bancos regionais ou estaduais com o apoio de fundos de organizações internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento da América Latina etc.

Em relação à tecnologia, a presença das universidades Federal do Rio Grande do Sul, Federal de Pelotas, Federal do Pampa, Federal de Santa Maria (UFSM), do Centro Universitário da Região da Campanha e de outros institutos federais, como o Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, formaram uma rede excessiva de ofertas de treinamento.

As áreas de pesquisa, tradicionalmente, têm algumas restrições, o que não as impediu de causar impactos no território. A alta demanda por conformidade com os padrões internacionais determinou que investimentos em tecnologias associadas à pesquisa aplicada das universidades mais próximas começassem a ser realizados. No entanto, eles são incipientes e têm um potencial enorme. Alianças devem ser buscadas entre as áreas de pesquisa das universidades nos níveis nacional, regional e/ou internacional, para que, uma vez detectadas as necessidades, elas tenham uma resposta que gere incentivos para pesquisadores, investidores e cadeias mais importantes, revigorando empregos e estabelecendo pessoal qualificado na região.

Desenvolver pesquisas sobre programas e refinar os mecanismos de comércio eletrônico disponíveis para os operadores da cadeia de valor agregará valor a todos os agentes participantes. É uma tendência que se tornará cada vez mais uma rede sofisticada, essencial para suas funcionalidades.

Sobre os meios de regulação, houve progresso, mas não é suficiente. Ainda assim, esses mecanismos são generalistas e, quando praticados, não se tornam facilitadores: pelo contrário, são obstáculos. Existe uma vocação para fazer algo diferente, são aprovados mecanismos que depois não têm uma aplicação eficaz.

A regulamentação é necessária. Deve haver mecanismos implícitos de avaliação e supervisão que possam ser reformulados de maneira oportuna e aplicada, pois os Estados não obtiveram mecanismos apropriados de gestão. Tem sido difícil se adaptar à evolução permanente dos atores da economia real, que dá competitividade e visibilidade aos empreendimentos comerciais e industriais.

Em termos de cooperação, existiram, existem e existirão ofertas de cooperação, no entanto, os esforços para capturá-la nem sempre acabam impactando os setores envolvidos. Nem sempre são aplicados corretamente e, no caso de serem realizados, não se tornam programas ou projetos que permanecem e geram mudanças inovadoras e que pressionam os envolvidos e repercutem nas políticas públicas.

Desafios e oportunidades

É necessário convergir diferentes setores: público, privado (agentes econômicos, universidades e outros) em um plano de desenvolvimento para o território do arco Sul na fronteira.

É preciso gerar informações de qualidade suficientes sobre o território: é importante não apenas saber quantos somos, quem somos, onde vivemos, o que fazemos, habilidades etc., mas também analisar essas informações com objetivos específicos que nos permitam conhecer necessidades, fraquezas, fortalecer e desenvolver programas, planos e projetos que possibilitem que pessoas, empresas e autoridades estejam alinhadas para aprimorar todos os elementos fundamentais do desenvolvimento inclusivo, integrado e equitativo.

Deve-se elaborar um pacote de políticas públicas que ofereça apoio sustentável às áreas e pessoas que se consideram beneficiárias de um território conhecido, que confie em seus potenciais e tenha objetivos comuns.

Diante dos desafios da faixa de fronteira, os governos em geral tiveram ações reativas e não ativas. A rotação no poder e a falta de continuidade das políticas além dos períodos de governo tornam esse comportamento muitas vezes ineficaz, intermitente e às vezes inconsistente com a necessidade do território.

A existência de políticas de Estado tornaria os múltiplos esforços sempre mais efetivos e eficientes, gerando aderência e apoio dos setores envolvidos. A existência de alianças entre os setores público e privado é um potencial que deve ser explorado com mais frequência. Da mesma forma, essa aliança seria mais forte caso a Academia fosse incorporada em seu papel de pesquisa e treinamento. A definição dos papéis de cada um desses atores e um plano com agenda e calendário serão peças indispensáveis para que se possa ter um produto de qualidade com alto comprometimento dos envolvidos. Como caso concreto, existem algumas experiências de participação das universidades com setores dinâmicos do ambiente da empresa que foram de enriquecimento mútuo.

Recomendações

Sugere-se a elaboração de um diagnóstico consensual da comunidade sobre o território e seu potencial; que haja forte liderança (público-privada) e aplicação de ferramentas de planejamento estratégico; que se implementem acordos e se forneçam recursos para os projetos acordados; e que sejam estabelecidos processos permanentes de avaliação.

Deve haver políticas diferentes para as áreas, pois são espaços dinâmicos, com necessidades e problemas particulares. Os territórios fronteiriços são territórios “distantes”, independentemente da priorização ou da lista exaustiva de políticas.

A questão da saúde é fundamental, pois requer políticas sob uma condição permanente, que é a mobilidade transfronteiriça. Ela implica providências de acordo com os usuários e fragmentadas por áreas, fornecendo recursos econômicos e infraestrutura para atender uma crescente população móvel.

A política de imigração necessita de um controle efetivo, que sirva em um contexto de livre trânsito para que as pessoas realizem suas atividades lícitas sem obstáculos, e os que violam as leis aplicáveis sejam reprimidos. São necessários controles fixos e móveis, garantindo os direitos das pessoas fronteiriças, trabalho, estudo, seguridade social, saúde.

A política aduaneira fornece tecnologia aos serviços de inspeção e controle e possui uma rastreabilidade que pode ser compartilhada com autoridades de outros países vizinhos para tornar o controle eficaz e não gerar atrasos no trânsito.

Sobre as políticas de educação, cultura e treinamento, são necessários critérios flexíveis para o trânsito de estudantes, professores, pesquisadores e itens de trabalho. Também é preciso haver uma coordenação das ofertas de treinamento que permitam economia de recursos no nível da região transfronteiriça. É necessário fortalecer todas as iniciativas culturais e educacionais que destacam elementos de identidade e fortaleçam estratégias para o desenvolvimento do território, baseado na cultura e nas artes específicas, com programas, concursos, eventos, feiras de música, teatro, gastronomia, história etc.

Quanto às políticas de integração e complementação econômica produtiva, o território necessita de instrumentos inovadores que permitam integrar e complementar a produção, o conhecimento e os mercados: políticas que registrem as particularidades do território, que é diferente e precisa de medidas específicas aos sistemas territoriais de outras zonas endógenas; políticas que ajudem a superar as iniquidades do território e a superar as suas necessidades estruturais. Todas essas políticas devem formar um “estatuto de fronteira”, que seja um órgão regulador, que garanta o exercício pleno dos direitos e melhore as condições de vida dos cidadãos.

Lay Lacerda (AARC)

Contextualização

A fronteira é necessária, porém é algo que muitas vezes impede o desenvolvimento das cidades da região.

A largura da faixa de fronteira é muito extensa, tem muitas restrições que impedem o desenvolvimento econômico e social e dificultam a própria relação entre os povos vizinhos.

Avaliação

É raro haver políticas públicas para a fronteira. Nossas fronteiras são praticamente abandonadas.

Não considero adequados os meios de regulação. Entendo que é necessário o cuidado de cada país com a manutenção de sua cultura social, política e tributária, mas as diferenças são grandes e dificultam o progresso da região. Não há policiamento eficaz, o que viabiliza os crimes de contrabando e o descaminho, bem como viabiliza a devastação da fauna e da flora. Por exemplo, atualmente, o rio Uruguai passa por uma grande estiagem e não há qualquer controle sobre a pesca predatória.

Quanto aos mecanismos institucionais, há pouca e rara atuação. Por vezes, se vê interesse de setores, mas não existe o devido prosseguimento do tema nos níveis governamentais superiores, o que faz com que o trabalho setorial da região fique em nada.

Desafios e oportunidades

Há muitos desafios, a iniciar pela educação da população. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/1996, prevê em vários dispositivos, por exemplo o art. 26, a permissão para regiões, estados e/ou municípios adaptarem os currículos da educação básica (ensinos fundamental e médio) às características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Com isso, se criaria uma maior conscientização da importância dos valores sociais e econômicos de cada região, inclusive com ênfase aos cuidados com a natureza. O povo mais educado e mais consciente certamente dará maiores e melhores rumos ao que lhes interessa em cada região.

Outro importante desafio é que o Estado não está presente de forma efetiva e eficaz na fronteira. Então, certamente, as empresas privadas, algumas detentoras de milionários orçamentos, poderiam atuar no crescimento de cada região. As grandes empresas de produção e comercialização de arroz irrigado na fronteira oeste, por exemplo, poderiam investir pesado em projetos sociais e até mesmo econômicos. Na área de saúde, poderia haver doação de empresas poderosas, algumas milionárias, para a construção de hospitais e instalação de leitos hospitalares. Mas isso, lamentavelmente, não é a regra, pois, passadas as crises, as doações somem. Há muita concentração de renda, sem o retorno social. Por exemplo, os bancos com lucros trimestrais bilionários. Por fim, com certeza, muito se vê quanto à participação de entidades civis (associações), contudo, sem poder político e econômico.

Recomendações

Para o enfrentamento dos desafios, é necessário o fortalecimento da educação básica e do engajamento social, estimular a cooperação em prol de cultura, história, costumes e convivência comuns.

Deve haver um maior controle policial em relação à segurança. A fronteira é praticamente abandonada, pois o efetivo e os recursos são mínimos. Da mesma forma em relação ao controle da natureza: há matança desordenada de animais e pesca predatória.

Na parte da pesca, por exemplo, devemos seguir o exemplo argentino, principalmente a legislação da província de Corrientes, onde a pesca é na modalidade do pesque-solte, com proibição absoluta de redes, tendo o pescador que pagar para pescar, e sobretudo pagar para levar um espécime para a sua casa, pois, afinal, o

rio e os peixes não lhe pertencem com exclusividade. Esses recursos arrecadados, essas taxas, serviriam para custear a segurança, a aquisição de veículos, lanchas, armamentos etc. Cabe observar, ainda, que o rio Paraná é infinitamente maior, em todos os sentidos, que o nosso rio Uruguai (atualmente a altura do nosso rio é de 0,74 metros), e mesmo assim a legislação é mais severa.

Outro ponto são as empresas orizícolas, que despejam nos rios milhares de litros de venenos utilizados na produção de arroz. Além disso, essas empresas devem pagar pelo uso da água, devendo haver também um rígido controle das bombas suctoras que, sem o uso de grades ou telas, matam pequenos peixes, muitos deles alevinos de peixes maiores. Esses recursos, as taxas, também serviriam para custear a segurança e o controle da região fronteiriça.

Mariano Pauluk (UNQ)

Desafíos

Poder desintegrar las fronteras políticas al momento de pensar problemas y potencialidades regionales; el desafío de poder pensar regionalmente las políticas de desarrollo es el mayor desafío que tenemos para lograr a nuestros jóvenes.

Sumar a todos los actores sociales es necesario para instalar un pensamiento transfronterizo y en esto es clave el rol de las escuelas y las universidades como actores políticos de desarrollos territorial.

Es necesario, entonces, sumar a los profesores, estudiantes, médicos, centros culturales y todas las personas, para que las políticas vayan más allá de las gestiones políticas de cada gobierno.

Es necesario comenzar a pensar en la doble o triple ciudadanía para que las políticas públicas de cada municipio tengan en cuenta a los ciudadanos que viven en las ciudades vecinas de otros países.

Es posible pensar en una identidad del Mercosur? Sólo si podemos sumar a las escuelas y principalmente a los jóvenes podremos llevar adelante un proceso de integración que vaya más allá del momento político, de las gestiones de gobierno y que logre una profunda integración cultural, social, política y educativa. Sólo si logramos avanzar en un proceso que requiere un tiempo histórico que supera nuestros propios intereses individuales y nuestra propia vida. Creo que la integración económica es una consecuencia de todo eso. La integración económica y productiva del Mercosur podrá madurar si tenemos políticas efectivas de integración social, cultural, educativa y política; y ese proceso de integración necesariamente debe nacer en las fronteras.

Roberto Thevenet (IAB)

Contextualização

A faixa de fronteira é uma região marginalizada e com poucas possibilidades, sendo utilizada como “para-choque” da soberania nacional, mas tem grande potencial, devido a sua localização estratégica. Possui ênfase no arco Sul pelo seu posicionamento na encruzilhada entre o principal eixo de ligação das duas maiores megalópoles da América do Sul, São Paulo e Buenos Aires; e entre o novo istmo da terra, que é a ligação bioceânica 30° Sul, que existirá após a execução do Túnel de Água Negra – a maior obra da América do Sul, entre o Chile e a Argentina.

Entendo que a largura da faixa de fronteira, considerada de “proteção”, se sobrepõe à de integração. Portanto, não seriam os quilômetros o motivo de análise, porque nos limites é que se encontram as possibilidades de coexistências dinâmicas e integradoras das cidades gêmeas.

Avaliação

Há uma grande oportunidade de investimento pelos governos da região, pois diferentemente da integração europeia, de primeiro mundo, que já possui amplo desenvolvimento, nós, da América do Sul, apesar de termos grandes potenciais de infraestrutura, carecemos de iniciativas. Por exemplo, na encruzilhada do 30° Sul, onde estão as maiores possibilidades de obras que dependem de um fundo mútuo entre os três países (Brasil, Uruguai e Argentina), a iniciativa e o investimento cabem principalmente aos governos e complementarmente à iniciativa privada. Exatamente por não existir nada, os projetos a serem implementados poderiam ser construídos com novas tecnologias, dando maior modernidade e eficiência aos corredores e às plataformas multimodais, tornando-se, assim, competitivos, podendo os arranjos produtivos dos três países citados serem facilmente integrados em um único conjunto de obras na tríplice fronteira. Isso poderia se dar pelo modal mais econômico, o hidroviário, complementarmente pelo ferroviário, dutoviário, aeroviário e rodoviário, impactando nos custos dos produtos e, em conjunto com a internacionalização dos fatores de produção, ampliar a competitividade mundial de Brasil, Argentina e Uruguai.

Desafios e oportunidades

Fundo mútuo; integração com projetos físicos de relevância; aproveitamento dos potenciais existentes da bacia hidrográfica transnacional (o que divide nos une), sobrepondo o gargalo do Mercosul por meio da construção de uma hidrovía de 2m de calado; e oportunidade de alinhamento de interesses não só a nível internacional, com alinhamento por meio do Mercosul, mas também nas esferas federais, estaduais e municipais.

Recomendações

Favorecimento da região, com fomento exógeno de um projeto endógeno por meio dos itens a seguir.

- Implantação da Zona de Integração Fronteiriça (ZIF), com isenções fiscais e facilidades cambiais.
- Estatuto da Zona de Tríplice Fronteira visando uma zona de integração fronteiriça soberana onde não haja polissemia e sim equidade em qualquer lado da tríplice fronteira. O acordo abrangeria vários instrumentos reguladores, como entreposto aduaneiro do Mercosul, favorecimento nos abastecimentos de água, esgoto, energia elétrica, gás e internet, com concessionárias independentes, proporcionando incentivo nas plataformas multimodais, serviços e indústrias, junto com isenções fiscais e facilidades cambiais, diminuindo o custo dos produtos e serviços.
- Projeto da Grande Hidroelétrica, com a fusão da Hidroelétrica de São Pedro e a Central Hidroelétrica de Monte Caseiros, contemplando passagem rodoviária, ferroviária e dutoviária, com eclusa.
- Plataforma Multimodal da Tríplice Fronteira com seus respectivos arranjos produtivos dentro da ZIF.
- Plano diretor logístico multimodal para a Tríplice Fronteira.

SÍNTESE DOS DEBATES

A dinâmica em grupo teve início com a apresentação do objetivo das sessões de trabalho: contribuir para o arco Sul da faixa de fronteira nas diferentes frentes, entre as quais economia e desenvolvimento. Em seguida, o coordenador explicou como seriam desenvolvidas as atividades, e o grupo elegeu um representante para relatar na plenária as proposições desenvolvidas coletivamente. Na sequência, por meio das apresentações individuais, foi perceptível a representatividade do grupo, tendo atores e instituições públicas municipais, estaduais e federais, universidades, organizações sociais, além de representantes de Brasil, Uruguai e Argentina que trabalham ou pesquisam sobre fronteiras.

Houve consenso nos discursos sobre as expectativas em relação à oficina do arco Sul, sendo isso verificado essencialmente por meio de dois pontos comuns: primeiro, que se tratava de um momento de encontro de pessoas que estão envolvidas com a produção de políticas, seja de maneira local ou mais ampla, mesmo que não definam sua execução; e, segundo, que se tratava de uma oportunidade para conhecer trajetórias de ação na fronteira e aprender com as diferentes experiências.

Após as apresentações e o período de composição das respostas individuais, estabeleceram-se as discussões em grupo, começando pela visão sobre a faixa de fronteira. O grupo convergiu ao descrevê-la como um território conformado por uma figura jurídica estabelecida pela Constituição Federal com 150 km de largura a partir do limite internacional, tendo a função primária de segurança nacional como zona tampão.⁹ Para o grupo, essa área faz sentido na escala do Estado como um todo, porém, de maneira local, tem seu sentido limitado.

O grupo observou, também, que essa configuração é diferente nos países sul-americanos que fazem fronteira com o Brasil. Foram citados os casos de Argentina,¹⁰ Paraguai¹¹ e Bolívia,¹² que têm estabelecido em lei certa extensão para a faixa de fronteira, diferentemente do Uruguai, por exemplo, que nada estabelece. Foi ressaltado que seria importante a convergência entre os países limítrofes para o estabelecimento de uma zona de fronteira, que consistiria em uma área regida por uma política bilateral que acordasse a mesma distância entre as diferentes díades¹³ e, assim, estabelecesse políticas integradas para o seu desenvolvimento.

O grupo concordou ainda que, dada a extensão e diversidade da faixa de fronteira, para que ela passe a ser acordada como zona de fronteira, o Estado precisaria ter uma soberania compartilhada. Isso permitiria que os atores locais fossem protagonistas de cada acordo e de cada processo decisório, ou seja, que cada parte da fronteira opere com liberdade, como unidade para negociar, se integrar e construir sua identidade regional.

Em consonância, em relação à largura de 150 km de faixa de fronteira no arco Sul, os integrantes do grupo responderam que esse perímetro poderia ser mantido para fins de segurança nacional. Quanto à característica dessa região como lugar privilegiado para investimentos ao desenvolvimento, porém, devido à distância dos centros e à falta de recursos, o grupo afirmou que faria sentido diferenciar as estratégias e políticas para as cidades limítrofes das demais cidades fronteiriças.

9. Segundo a cartilha *Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDDF)*, publicada em 2005 pelo Ministério da Integração Nacional, zona-tampão "é o termo aplicado às zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas". Disponível em: <<https://bit.ly/2R0ece2>>.

10. Em 2016, foi criada pelo presidente da Argentina a Secretaria de Fronteiras, vinculada ao Ministério de Segurança. Já em 2017, estava para ser enviado ao Congresso Nacional a proposta de uma nova lei de fronteiras, que estabelece a faixa ao longo da fronteira terrestre de pelo menos 150 km de extensão e 50 km ao longo de fronteiras marítimas. Disponível em: <<http://www.jtribunapopular.com.br/artigo/argentina-anuncia-nova-lei-que-cria-faixas-de-fronteira-no-pais#.Ww6GHkgvzIU>>.

11. Definida pela República do Paraguai em 50 km pela Lei nº 2.532, promulgada em 14 de fevereiro de 2005. Disponível em: <https://www.catastro.gov.py/public/439bc5_ley%202532-05%20seguridad%20fronteriza.pdf>.

12. Definido pelo Estado Plurinacional da Bolívia em 50 km pela Lei nº 100, promulgada em 4 de abril de 2011. Disponível em: <http://medios.economiafinanzas.gob.bo/VPT/documentos/aduar/L_100.pdf>.

13. Conforme definido por Michel Foucher em seu livro *Fronts e Frontières* para se referir às discontinuidades geopolíticas que as fronteiras apresentam "uma fronteira nacional é formada por díades, ou seja, por pedaços de fronteiras. Existem tantos pedaços quantos são os países vizinhos". Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/viewFile/4296/3309>>.

Como exemplo, citaram as cidades de Pelotas (Rio Grande do Sul) e Chapecó (Santa Catarina), que, apesar de não vivenciarem a maioria dos desafios das cidades que estão junto ao limite internacional, pela sua competência para alavancar recursos e organizar os processos de transferência voluntária,¹⁴ são consideradas polos da região de fronteira.

Foi descrito, ainda, o caso de um helicóptero que, embora destinado à linha de fronteira, ficaria em Chapecó, por ser considerado o polo da região, mesmo estando a 200 km da linha de fronteira. Além disso, outra contradição mencionada foi quando os núcleos da faixa de fronteira nos estados são coordenados nas capitais, que em sua maioria estão fora da região em discussão e não vivenciam a realidade fronteiriça. Exemplo disso é o Núcleo de Fronteira de Santa Catarina (NFSC), que fica sediado em Florianópolis.

Em continuidade, ao discutirem sobre como eram avaliadas as políticas públicas e as ações implementadas especificamente na faixa de fronteira, o grupo concluiu que são importantes e viabilizam oportunidades, mas que precisam ser contínuas, pois, mesmo havendo várias políticas brasileiras que oportunizaram muitas trocas interessantes na fronteira, como a escola bilíngue e a oportunidade de estudantes uruguaios estudarem nos institutos federais no Rio Grande do Sul, a falta de garantia de continuidade e repasse de recursos compromete os resultados. Nesse sentido, os participantes evidenciaram a necessidade de um plano mais estruturado que não fique na dependência da vontade de uma liderança local.

Outro ponto ressaltado no quesito avaliação de políticas públicas foi o fato de as políticas serem centralizadas e nacionalistas, quando, em vez disso, deveriam perceber as características territoriais (locais/regionais). Uma ação recomendada, nesse caso, seria a implementação de uma política territorial que agisse de forma integrada para o desenvolvimento da zona de fronteira, sendo sensível às realidades locais e tornando o território fruto da sociedade articulada e de seus projetos. Como encaminhamento, o grupo sugeriu a implementação de um estatuto da zona de fronteira, possibilitando a negociação entre as díades para articulação e financiamento das necessidades locais em um processo descentralizado.

14. Também chamadas de transferências fiscais discricionárias voluntárias, "são aquelas que efetuam a entrega de recursos para Entes Federativos a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorrem de determinação constitucional ou legal, nem sejam destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS). Elas exigem a celebração de um instrumento jurídico entre as partes envolvidas e, regra geral, requerem contrapartida financeira do beneficiário". Glossário do Portal da Transparência do Governo Federal, letra T, Transferências Voluntárias, disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/>>.

Para isso, foram indicados os consórcios públicos¹⁵ transfronteiriços, que poderiam proporcionar uma gestão integrada do território, com a perspectiva de formação e capacitação para a implementação de projetos para atração de recursos. O grupo ressaltou que, por meio dos consórcios, seria possível trabalhar o comprometimento dos três setores (privado, público e sociedade civil) para o desenvolvimento local utilizando-se de instituições, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), as universidades etc.

Promover um alinhamento dos órgãos e entidades que atuam na zona de fronteira também foi um ponto em discussão no quesito avaliação, pois, segundo o grupo, há várias frentes trabalhando em inúmeras ações para a faixa de fronteira de forma desarticulada. Nesse quesito, haveria contribuição se as universidades incorporassem o desenvolvimento regional como prioridade no rol de projetos. Isso ajudaria a minimizar as consequências da descontinuidade política, causadas devido às mudanças governamentais. Um encaminhamento importante para execução dessa proposição seria obter financiamentos específicos para fomentar a pesquisa na (e sobre a) fronteira e incentivar a organização de comitês binacionais setoriais com caráter consultivo e propositivo.

O grupo salientou que é relevante a validação das políticas públicas por meio da realização de fóruns consultivos e deliberativos que confirmem a representatividade dos três setores na zona fronteira.

Em relação aos principais desafios da fronteira no arco Sul, foi discutida a complexidade de gerir os 418 municípios da região, com suas densidades institucionais, quantidade de prefeituras e interlocutores. Nesse sentido, foi apontado que, tendo em vista os 588 municípios de toda a faixa de fronteira oeste, a proposição de uma política única que não seja consistente, flexível e que contemple as particularidades do território pouco alcançará em termos de resultados. Os participantes observaram que, no tratado do Mercosul, consta a possibilidade de viabilizar convênios locais,¹⁶ podendo se utilizar desse parâmetro para viabilizar acordos entre cidades fronteiriças de países pertencentes ao bloco.

Discorrendo sobre os desafios, o grupo ressaltou que um dos maiores problemas da faixa de fronteira é a falta de geração de trabalho e renda, sendo indicadas a melhoria das condições de formação e capacitação, e a identificação das

15. A Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, estabelece os consórcios como pessoa jurídica cuja finalidade está na execução e gestão associada de serviços públicos. Desse modo, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no todo ou em parte, poderão contratar consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111107.htm>.

16. Por meio do acordo do Mercosul foi instituída a possibilidade da realização de convênios que possibilitem "vantagens, favores, franquias, imunidades e privilégios já concedidos ou que forem concedidos em virtude de convênios entre países-membros ou entre estes e terceiros países, a fim de facilitar o tráfico fronteiriço" (Brasil, 2010).

potencialidades locais e medidas compensatórias para atração de empresas. Como encaminhamento, foi apontado o aporte financeiro das díades para consecução de equipes interdisciplinares para construção de planos de desenvolvimento da zona de fronteira integrada, podendo ser por arco, cidades gêmeas ou consórcios, entre outros.

Os componentes do grupo destacaram, também, o desafio de distinguir segurança nacional e segurança pública e, assim, identificar os problemas subjacentes à falta de cada uma delas na região. Dessa forma, é importante destacar que a segurança nacional se refere à defesa do território, ou seja, à preservação da soberania nacional. Já a segurança pública está relacionada às forças de segurança locais, e poderia ser favorecida por meio da integração de informações, sistemas e da prestação de serviços para atendimento à segurança do cidadão fronteiriço. Um encaminhamento que desburocratizaria esse processo seria um sistema de identificação unificada do Mercosul.

O custeio da saúde dos municípios fronteiriços brasileiros foi classificado pelo grupo como um desafio emergente, dada a população flutuante e o número de migrantes¹⁷ na região, sendo necessárias políticas integradas de saúde locais que contemplem acordos de compensação e custeio.¹⁸

A visão negativa da fronteira ainda consta como um desafio para a região em estudo. Como exemplo, o grupo citou o *Boletim do Observatório da Fronteira*, do governo federal, que, em sua maioria, retrata apenas aspectos fronteiriços relativos à insegurança. Nesse sentido, o grupo recomendou o fomento à difusão de *clipping* positivo,¹⁹ mostrando as potencialidades e realizações fronteiriças. Como encaminhamento, a utilização de ferramentas de difusão por meio do governo federal, do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul), do Mercosul etc.

17. Segundo Gadelha e Costa (2007), em muitas fronteiras brasileiras, populações vizinhas flutuantes (conjunto de indivíduos presentes no território por um período de curta duração) e migrantes utilizam serviços ou bens públicos disponibilizados, dada a inexistência ou falta de qualidade em seus próprios países, fato recorrente no setor saúde, em que a universalidade do SUS configura-se, em muitos casos, como a única opção de atenção à saúde para os municípios de países vizinhos.

18. O acordo de compensação financeira na área de saúde em regiões fronteiriças ganhou destaque por meio dos mecanismos de cooperação na União Europeia que garantiram que o "paciente fosse tratado com os mesmos direitos dos cidadãos do país no qual recebe tratamento. A compensação financeira pelos tratamentos prestados é realizada mediante pagamentos de despesas individuais, ou por meio de uma taxa básica, relativa ao conjunto de tratamentos realizados" durante um determinado período (Giovannella *et al.*, 2007).

19. *Clipping* é o processo de selecionar notícias em jornais, revistas, *sites* e outros meios de comunicação, a fim de resultar em um apanhado de recortes sobre assuntos de interesse de determinada pessoa ou instituição. Assim, tendo em vista que as publicações midiáticas ajudam na construção das imagens no imaginário social, o *clipping* pode ser utilizado como uma ferramenta ao abordar acontecimentos e eventos importantes. Salienta-se, ainda, que pode ser classificado como positivo, neutro, negativo ou de interesse, a depender do conteúdo da matéria ou reportagem veiculada. A publicação é positiva quando são abordadas menções favoráveis.

Sobre as principais oportunidades do arco Sul, o grupo retornou ao tema dos consórcios transfronteiriços, evidenciando as experiências exitosas que poderiam ser tomadas como exemplo para os que queiram avançar em sua implantação. Devido ao baixo contingente populacional e à conseqüentemente fraca representatividade política, a integração para o desenvolvimento por meio da cooperação acabou se tornando uma estratégia para favorecer esse processo. Foi recomendado, contudo, o estabelecimento de parâmetros para essas ações, por exemplo: ser um consórcio transfronteiriço, ter como objetivo o desenvolvimento com geração de renda e ter um suporte no governo para poder se desenvolver de modo mais forte e integrado. Como encaminhamento, foi apontada a necessidade desse suporte governamental por meio de aparato legislativo para a consecução dessas díades e a facilitação para as trocas de experiências entre os diferentes atores fronteiriços.

Outra oportunidade assinalada foi a riqueza cultural da região, cujas ações recomendadas pautaram-se na identificação de processos já existentes para o fomento à geração de renda ligada à economia da cultura, do turismo etc. O encaminhamento nesse tópico esteve na abertura de editais de fomento pelas instituições públicas para: festivais de cinema e música; produção de peças de teatro; organização de feiras do livro, gastronomia, carnaval, campeonatos esportivos regionais, além do reconhecimento do “portunhol” como língua fronteiriça etc.

Entre as oportunidades, também foi discutido o diferencial fronteiriço do arco Sul, consolidado em uma convivência pacífica em um mundo de tantas fronteiras conflitantes. Recomendou-se a valorização da cultura fronteiriça nas escolas e a divulgação da existência das cidades gêmeas da fronteira da paz, dos parques binacionais e trinacionais etc. Como encaminhamento, foi indicada a necessidade de dar maior visibilidade aos processos de integração.

Recomendou-se, ainda, o fomento à conservação e utilização das hidrovias que integram o arco Sul. Como encaminhamento, foi evidenciada a necessidade de fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas.

A questão da existência de importante infraestrutura e logística (aeroportuárias, rodovias, ferrovias) foi frisada como fundamental oportunidade, contudo sendo necessária a modernização, ampliação e bi/trinacionalização da infraestrutura multimodal transfronteiriça. Como encaminhamento, o grupo assinalou ações por parte do governo brasileiro, por meio da Infraero, segunda ponte de Uruguiana etc.

Encerrando o debate sobre as oportunidades da faixa de fronteira do arco Sul, o grupo destacou, além da densidade institucional já citada (418 municípios, com inúmeros atores), o número elevado de instituições de ensino superior, nas quais, por meio da qualificação da gestão, poderia ser favorecida a consecução de pesquisas e projetos ligados ao desenvolvimento regional. Como encaminhamento, o grupo citou: construção de um plano estratégico de fronteira; elaboração de um catálogo

de boas práticas para soluções fronteiriças já implementadas; e fomento, por meio de editais e financiamentos de programas, realizados pelo Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e por secretarias de ensino. Como sugestão final, o grupo destacou a oportunidade de unir os eventos governamentais ligados ao tema fronteira, com os diferentes seminários que abordam pesquisas fronteiriças, buscando uma maior sinergia dos atores para o encontro de soluções.

QUADRO 1
Arco Sul: quadro-síntese do grupo A (22 e 23 nov./2017)

A	Contextualização	Resposta
1	Como o grupo vê a faixa de fronteira?	<p>É uma figura jurídica que está na Constituição Federal. Nem todos os países têm faixa de fronteira, a ideia original era de área tampão, de segurança do território. Essa ideia da fronteira como área de segurança dificilmente cairá por terra; parece mesmo cada vez mais forte. Deveria, porém, ser uma área privilegiada e não restrita ao desenvolvimento. De qualquer maneira, a faixa de fronteira faz sentido na escala do Estado. No entanto, o Estado deve manejar uma soberania compartilhada devido às peculiaridades e processos da região.</p> <p>Trata-se de um território que tem um limite geográfico diferenciado, devendo ser um espaço sem limites, comunitário, com abertura para participação, inclusão dos jovens, das universidades, com participação de atores locais (políticos, professores, toda a comunidade), para produção de conhecimento e transformação. Um território sem fronteiras, de fácil mobilidade. Um lugar que deveria ser pensado além do limite político, para se transformar em um ambiente comum, como uma unidade.</p>
2	O grupo considera adequada a largura de 150 km de faixa de fronteira no arco Sul? Por quê?	<p>A delimitação de 150 km da faixa de fronteira é deletéria para o desenvolvimento regional devido a vários impedimentos, mas essas falas são muitas vezes vazias, com discursos a partir do “coltadismo” e da vitimização.</p> <p>Por exemplo: em Santa Catarina são 82 municípios; e Chapecó, que tem apenas uma parte da sua área na faixa de fronteira, acaba sendo o polo regional da faixa de fronteira nesse estado, como Pelotas (Rio Grande do Sul), que se beneficia das políticas de fronteira apesar de não viverem as carências, peculiaridades e processos das cidades limítrofes.</p> <p>Manter os 150 km, porém com políticas diferenciadas para as cidades limítrofes. Deveria haver uma zona de fronteira binacional (com os países vizinhos) que contemplasse as zonas fronteiriças integradas, acordada de forma que os atores locais pudessem fazer consórcios intermunicipais, transnacionais etc.</p> <p>Tratando dos espaços fronteiriços dos países vizinhos: há no acordo do Mercosul a possibilidade de viabilizar acordos locais, mas não há exigência de que os espaços vizinhos tenham a delimitação de uma faixa de fronteira.</p>
B	Avaliação: como o grupo avalia as políticas públicas e as ações implementadas especificamente na faixa de fronteira?	<p>Ações recomendadas</p> <p>Encaminhamentos</p>
1	Elas são importantes, estão presentes, viabilizam oportunidades, mas devem ser contínuas e constantes.	<p>Ferramentas por meio dos consórcios públicos internacionais (gestão integrada do território), com a perspectiva de formação e capacitação para implementar projetos para atração de recursos.</p>
2	Atualmente as políticas são centralizadas e nacionalistas e deveriam perceber as características territoriais (locais/regionais).	<p>Implementação de um estatuto da zona de fronteira, possibilitando a negociação entre as diádes para articulação e financiamento das necessidades locais em um processo descentralizado.</p>

(Continua)

(Continuação)

	Ações recomendadas	Encaminhamentos
B	Avaliação: como o grupo avalia as políticas públicas e as ações implementadas especificamente na faixa de fronteira?	Encaminhamentos
3	Existem várias políticas brasileiras que possibilitaram muitas trocas interessantes na fronteira, como as escolas bilíngues. Nos institutos federais, no Rio Grande do Sul, há a possibilidade de estudantes uruguaios estudarem neles, mas não há garantia de continuidade de repasse de verba. Há falta de um plano mais estruturado que não fique na dependência da vontade de uma liderança local.	Comitês binacionais setoriais (caráter consultivo, propositivo). Deveria haver financiamentos específicos para fomentar a pesquisa na/sobre fronteira.
4	Faltam processos de validação das políticas.	Realizar fóruns consultivos e deliberativos por meio da representatividade dos três setores da zona fronteiriça integrada.
C	Desafios: quais são os principais desafios do arco Sul?	Encaminhamentos
1	Desenvolvimento, integração e geração de emprego.	Aporte financeiro das diades para consecução de equipes interdisciplinares para construção de planos de desenvolvimento da zona de fronteira integrada (por arco, cidades, gêmeas, consórcios etc.).
2	Questões que precisam de integração na escala local para atendimento da segurança do cidadão fronteiriço.	Sistema de identificação unificada do Mercosul
3	Falta de custeio da saúde dos municípios fronteiriços brasileiros.	Acordos de compensação e custeio.
4	Visão negativa da fronteira. <i>O Boletim do Observatório da Fronteira</i> do governo federal, por exemplo, em sua maioria, retrata apenas aspectos fronteiriços relativos à insegurança.	Utilização de ferramentas de difusão por meio do governo federal, Codesul, Mercosul etc.

(Continua)

(Continuação)

D	Oportunidades: quais as principais oportunidades do arco Sul?	Ações recomendadas	Encaminhamentos
1	Riqueza cultural magnífica, exuberante, pujante etc.	Identificar processos já existentes e fomentar geração de renda ligada à economia da cultura, turismo etc.	Editais de fomento pelas instituições públicas para: festivais de cinema e música; produção de peças de teatro; organização de feiras do livro, gastronomia, carnaval, campeonatos esportivos regionais, além do reconhecimento do "portunhol" como língua fronteiriça etc.
2	Exemplos de convivência pacífica, consolidada em um mundo de tantas fronteiras conflitantes etc.	Valorizar a cultura fronteiriça nas escolas e divulgar a existência das cidades gêmeas da fronteira da paz, dos parques binacionais/trinacionais etc.	Dar visibilidade aos processos de integração.
3	Bacia hidrográfica integra o arco Sul.	Fomentar conservação e utilização das hidrovias.	Fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas.
4	Existência de infraestrutura e logística (aeroportuárias, rodovias, ferrovias).	Modernização, ampliação e b/trinacionalização da infraestrutura multimodal transfronteiriça.	Governo brasileiro (Infraero, segunda ponte de Uruguaiana etc.).
5	Densidade institucional (418 municípios com inúmeros atores).	Qualificação da gestão.	Construção de um plano estratégico de fronteira. Catálogo de boas práticas para soluções fronteiriças já implementadas
6	Número elevado de instituições de ensino superior.	Fortalecimento das instituições de ensino superior ligadas ao desenvolvimento regional	Fomento por meio de editais e financiamentos de programas realizados pelo MEC, Capes, CNPq e secretarias de ensino.

Fonte: Grupo A.

Elaboração: Equipe Fronteiras Ipea.

GRUPO B: GESTÃO URBANA



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Coordenadora: Rosa Moura (Ipea)

Facilitador: Gustavo Ferreira (Ipea)

Relator: Fernando Alonso (vereador por Barra do Quaraí)

Participantes

- Andreia Guterres Jardim – Conselho Tutelar de Uruguaiana
- Danilo Fernando Rodrigues – secretário de Saúde de Barra do Quaraí
- Elvira Ceratti – coordenadora do Programa de Escolas Interculturais de Fronteira (PEIF)
- Fernando Alonso – vereador por Barra do Quaraí
- Geminiano Pinto – Secretaria de Segurança, Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana (Segtram)/Prefeitura de Uruguaiana
- Lyz Gleil Silveira da Silva – Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Nossa Senhora do Horto
- Paulo Roberto P. Minhos – assessor parlamentar da Câmara de Vereadores de Uruguaiana
- Richard de Souza – presidente da Câmara de Vereadores de Barra do Quaraí
- Sergio Marengoni – diretor de Trânsito da Segtram (Uruguaiana)

Temas e questões que orientaram os apontamentos individuais, os debates no grupo de trabalho e a elaboração do relatório a ser apresentado na plenária estão apresentados a seguir.

Contextualização

- Como vê a faixa de fronteira? Qual a grande dificuldade e a grande oportunidade do morador da fronteira?

- Considera adequada a largura de 150 km de faixa de fronteira no arco Sul? Por quê?

Avaliação

- Como avalia as políticas públicas e as ações referentes a: *i*) planejamento e gestão (integração entre municípios do arranjo transfronteiriço, participação, debates entre segmentos dos dois lados da fronteira e ações compartilhadas); *ii*) oferta de equipamentos e serviços (saúde, educação, cultura, mobilidade, circulação urbana, saneamento, gestão das águas/rios, entre outros); e *iii*) turismo (patrimônio arquitetônico, histórico, natural e paisagístico, turismo de compras, turismo de passagem no cruzamento da fronteira)?
- Considera adequados os meios de regulação e os mecanismos institucionais interfederativos de gestão?
- Como vêm sendo efetivados os acordos firmados no âmbito do Mercosul?

Desafios

- Na sua percepção, quais seriam os grandes desafios e quais as principais recomendações para o arco Sul na faixa de fronteira?
- Como os governos têm atuado diante desses desafios? Há participação de empresas privadas e entidades civis? Quais? Como participam?

Oportunidades

- Dadas as diferenças das regiões da fronteira, que políticas diferenciadas e/ou acordos exitosos de outras regiões você sugere que sejam implementados para o enfrentamento dos desafios da faixa de fronteira do arco Sul?

RELATÓRIOS INDIVIDUAIS

Andreia Jardim (Conselho Tutelar de Uruguaiana)

Contextualização

O Conselho Tutelar tem algumas demandas específicas para seu atendimento em uma cidade de fronteira: fluxo elevado de argentinos, com concentração de ambulantes no local durante a Operação Verão; o carnaval fora de época, com enorme afluxo de turistas; e atendimentos no interior do município, em distritos. A parte de logística precisa suprir a falta de um segundo veículo, o que dificulta a atuação do Conselho no momento da comunicação dos fatos de um segundo atendimento. Há necessidade de formação específica contínua e capacitação de

conselheiros, pois o município não disponibiliza recursos, mesmo existindo um fundo destinado a suprir essa demanda.

Avaliação

No município consideram que há boa articulação entre os entes. Reconhecem e são gratos ao apoio da segurança, como a Ronda Ostensiva Municipal Urbana (ROMU), a Guarda Civil Municipal e a Brigada Militar, que sempre contribuem com atendimentos em situações mais críticas ou em lugares de risco. Também contam com a parceria do Ministério Público, da Promotoria de Educação, da Defensoria Pública, da Delegacia de Polícia, do Juizado, assim como de outros órgãos de proteção e segurança.

Fernando Alonso (vereador por Barra do Quaraí)

Contextualização

A faixa de fronteira é prejudicial ao desenvolvimento da fronteira brasileira, pois restringe investimentos na região e dificulta o desenvolvimento econômico e social.²⁰ A largura de 150 km não é adequada ao arco Sul. Antigamente, essa largura era estabelecida tendo como justificativa a precaução e proteção de nossas fronteiras e, por consequência, do próprio território brasileiro. Vivemos em outra época. Não existe guerra ou relação conflituosa com nossos irmãos e vizinhos uruguaios e argentinos. Entendo que deveria ser extinta essa faixa e serem considerados pertencentes à faixa de fronteira realmente aqueles municípios que possuem territórios na linha de fronteira (área de fronteira). Assim, diminuiria o número de municípios integrantes e poderiam ser trabalhadas políticas condizentes com a realidade das cidades de fronteira.

Avaliação

No planejamento e gestão, a integração transfronteiriça, com participação, debates e ações compartilhadas, acontece somente entre os municípios, mesmo assim de forma pontual e sem planejamento. Os governos centrais, que deveriam conduzir esse processo (porque a eles cabe isso), estão ausentes ou são pouco participativos.

20. Reclamação muito presente no grupo de trabalho refere-se à Lei nº 6.634/1979, que dispõe sobre a faixa de fronteira e impede algumas atividades e ações, particularmente em seu art. 2º. "Salvo com o assentimento prévio do Conselho de Segurança Nacional, será vedada, na faixa de fronteira, a prática dos atos referentes a: i) alienação e concessão de terras públicas, abertura de vias de transporte e instalação de meios de comunicação destinados à exploração de serviços de radiodifusão de sons ou radiodifusão de sons e imagens; ii) construção de pontes, estradas internacionais e campos de pouso; iii) estabelecimento ou exploração de indústrias que interessem à Segurança Nacional, assim relacionadas em decreto do Poder Executivo; e iv) instalação de empresas que se dedicarem às seguintes atividades: a) pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais, salvo aqueles de imediata aplicação na construção civil, assim classificados no Código de Mineração; e b) colonização e loteamento rurais". Há, ainda, restrições a aportes de recursos internacionais, conforme limitações do art. 3º. "Na faixa de fronteira, as empresas que se dedicarem às indústrias ou atividades previstas nos itens iii) e iv) do art. 2º deverão, obrigatoriamente, satisfazer às seguintes condições: i) pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital pertencer a brasileiros" (Brasil, 1979).

Dessa maneira, a maior parte das decisões e encaminhamentos não se concretiza. A oferta de equipamentos e serviços, apesar da boa vontade e boa intenção dos governos locais, fica travada nas questões burocráticas. Devido à necessidade de previsão legal, muitas coisas não acontecem. Considero ainda inadequados os meios de regulação e os mecanismos institucionais existentes. Há muita burocracia, que dificulta a integração e cooperação transfronteiriça. Sobre os acordos do Mercosul, pergunto: Mercosul, existe? Na tríplice fronteira Brasil-Uruguai-Argentina ele não é perceptível. Nem os comitês de fronteira funcionam.

Desafios e oportunidades

Por um lado, a maior dificuldade na fronteira é a falta de políticas públicas que realmente atendam aos anseios e particularidades das cidades de fronteira. Ou seja, o que se constata é a ausência dos governos centrais e a grande burocracia existente. Por outro lado, o fato de morar na fronteira é uma oportunidade de conhecer e trocar experiências culturais, conhecimentos históricos e sociais, aprender e falar outro idioma, viajar ao “exterior”.

Recomendações

A maior potencialidade das cidades de fronteira está no fomento ao turismo e na criação de rotas turísticas integradas. Para isso, é fundamental o apoio das universidades de Brasil, Argentina e Uruguai, bem como a presença dos governos centrais no planejamento de ações, investimentos e na dotação de infraestrutura, pois assim teríamos desenvolvimento econômico e social na região. Outra recomendação fundamental é de que deveria ser criado um comitê trinacional para a tríplice fronteira.

Geminiano Pinto (Segtram/Uruguaiana)

Avaliação

Vejo a faixa de fronteira como um atraso para a região, em razão de haver uma série de empecilhos, como a não instalação de indústrias para melhorar o desenvolvimento econômico local, o que traria mais emprego e garantiria às pessoas melhor qualidade de vida. Acredito que está na hora de mudar. A faixa foi criada por motivo de proteção territorial, para defender o país de guerras, proteger o litoral, mas já não estamos mais em guerra e temos os nossos vizinhos como *hermanos*. Foi em uma época em que tudo era campo, não havia muitos espaços urbanos e quando havia eram com pouca construção civil, residências. Quanto aos acordos firmados no âmbito do Mercosul, acredito que são voltados somente ao grande empresário, o governo, mas para o cidadão comum pouco se vê de resultado.

Desafios

Nós, que moramos em Uruguaiana, temos que enfrentar uma burocracia enorme para entrar e sair do Brasil. Ficamos às vezes por horas na fila. Pessoas idosas desmaiando pelo excesso de calor. Não vejo necessidade de fazer a imigração para automóvel com placa de Uruguaiana. Bastaria olhar a placa e permitir a entrada, mostrar a identidade e só. A Carta Verde²¹ é ridícula: chegar à ponte pelo lado argentino e ter que retornar... Assim, o grande desafio desta fronteira é mudar a situação de burocracia excessiva para cruzar a fronteira da Argentina.

Lyz Gleí da Silva (EMEF Nossa Senhora do Horto)

Contextualização

Como um espaço de integração e em muitos momentos de conflitos, a fronteira é um lugar cheio de possibilidades. Em todos os aspectos da vida daqueles que nela habitam, mas ao mesmo tempo e à medida que avançam as necessidades de controle de cada país, a fronteira passa a ser o limitador. E nesse aspecto separa o que parecia ser unido e coíbe, em certos casos, uma interação proveitosa e salutar para os que vivem nela e dela.

Avaliação

Há um distanciamento grande entre os entes propositores e os executores das políticas públicas, o que, em alguns casos, para não dizer na maioria deles, restringe as ações, pois não existem, ou desconheço, canais de comunicação mediadores que respondam com presteza e eficácia às questões de implementação e gestão locais. No caso específico do PEIF,²² não há sincronia entre o ministério, as universidades e as escolas. Não há um canal fluido de comunicação, e as ações locais, infelizmente, não surtem os efeitos necessários.

Com relação à cultura, ambas as cidades têm uma história compartilhada que infelizmente não é valorizada, e as iniciativas locais esbarram na burocracia que permeia o processo de integração. Com relação aos acordos firmados no âmbito do Mercosul, a grande questão é a implementação de cada um deles no que se refere a tempo e forma de implementação. Os acordos são assinados e as regulamentações em cada país são realizadas em tempos distintos, causando problemas quando sua

21. A Carta Verde é um documento obrigatório para viajar de carro pelos países do Mercosul. É um seguro que cobre danos corporais e materiais causados a terceiros (pedestres ou ocupantes de outro veículo), que estejam fora do carro, em acidentes de trânsito no período da viagem. Trata-se, portanto, de um seguro com cobertura civil e não substitui o seguro do carro.

22. O PEIF é desenvolvido no âmbito do Mercosul, em cidades brasileiras da faixa de fronteira e suas correlatas cidades gêmeas do país vizinho. Tem por objetivo promover a integração regional por meio da educação intercultural que garanta formação integral a crianças e jovens nas regiões de fronteira. Nem todos os países fronteiriços ao Brasil estão envolvidos no programa.

finalidade era facilitar e resolver questões fronteiriças antigas. Um exemplo é a Tarjeta Vecinal Fronteriza (TVF).²³

Desafios e oportunidades

Desafio: o olhar diferenciado para a faixa de fronteira. Oportunidade: lugar de interação de diferentes culturas, rico em possibilidades.

Recomendações

Formulação de políticas para a faixa de fronteira com a participação efetiva de quem vive a fronteira. Que ela seja vista como possibilidade de integração e não de cerceamento e barreira.

Paulo Roberto Minhos (Câmara de Vereadores de Uruguiana)

Avaliação

Os acordos vêm de cima para baixo e não tem como discutir as dificuldades reais da fronteira, o que às vezes leva-se a grandes discussões. Planejamento e debates existem apenas quando algum problema está afetando um dos municípios da fronteira. Aí, sim, se buscam ações compartilhadas de forma específica. Há muitas trocas em cultura, turismo. Mas na educação tudo está ainda a passos curtos; e na saúde, existe em casos de que algum estrangeiro venha a se acidentar no país vizinho. Diante dos problemas, o governo municipal tem atuado de forma conjunta, reunindo comissões e tentando superar alguns desses problemas. Empresas privadas e instituições participam rigorosamente.

Sobre a largura da faixa de fronteira, não é adequada, porque existe limite ao desenvolvimento nas cidades situadas nessa faixa.

Desafios e oportunidades

A grande dificuldade é com relação à integração, com mais liberdade. Existem várias cobranças desnecessárias do lado argentino, principalmente com moradores dos países vizinhos. Entretanto, há uma grande oportunidade, pois em muitas atividades há integração entre a população; não no total, como deveria, como dois países vizinhos e países *hermanos*, como se diz. O grande desafio da fronteira seria que as outras esferas ouvissem os municípios da fronteira antes de impor leis de ambos os países.

23. Documento que permite aos nacionais, residentes temporários ou permanentes (sempre que por sua nacionalidade não requeriram vistos) de Uruguai e Argentina (Estados-partes do Acordo Operativo sobre Trânsito Vicinal Fronteiriço) cruzar a fronteira com destino à localidade contígua do país vizinho, mediante um procedimento ágil e diferenciado de outras categorias migratórias e permanecer na localidade por um período máximo de 72 horas corridas a contar do último ingresso registrado. O documento é expedido aos cidadãos que residem até 30 km da fronteira com a República Argentina e permite deslocar-se livremente nessa fronteira. Mais detalhes disponíveis em: <<https://tramites.gub.uy/ampliados?id=4975>>.

Recomendações

É importante para os dois países quando se tem integração de forma amigável e sem muitas burocracias. Que se exerça uma política de boa vizinhança em ambos os lados, que seja bom para os dois países e municípios da fronteira.

Richard de Souza (presidente da Câmara de Vereadores de Barra do Quaraí)

Contextualização

A faixa de fronteira é social e economicamente fragilizada, devido à falta de políticas públicas que atendam, realmente, às necessidades dessa região específica do país. A largura da faixa de fronteira não é adequada ao arco Sul, pois entendo que essa distância demarcada dificulta ao poder público enxergar as cidades da fronteira como áreas (regiões) estratégicas para investimentos.

Avaliação

Políticas e ações referentes a planejamento e gestão são restritas e sem efetividade. Na saúde, há tratados importantes que permitem a complementação dos serviços, mas esbarram na burocracia e no desinteresse dos governos em facilitar os acordos firmados, visando atender às necessidades da comunidade fronteiriça. No turismo, faltam investimentos e decisão política. Há um grande potencial a ser explorado de forma integrada entre os países.

Desafios e oportunidades

A grande dificuldade enfrentada pelo morador da fronteira é a ausência do poder público e das políticas públicas. No oposto, as grandes oportunidades do morador da fronteira são a integração dos povos e a convivência com outras culturas.

Sergio Marengoni (Segtram/Uruguaiana)

Contextualização

A primeira dificuldade que muitas vezes as pessoas enfrentam é a burocracia. Seria melhor se houvesse uma integração mais ampla entre as cidades vizinhas, uma vez que, quando querem complicar os procedimentos de controle, forma-se uma fila enorme para entrar nessas cidades e aí se perde muito tempo.

Os 150 km de largura da faixa de fronteira no arco Sul atrapalham totalmente o desenvolvimento de nossas cidades que circundam a fronteira, pois nos proíbem de implantar indústrias e, sem isso, é impossível haver desenvolvimento, em todos os sentidos, tecnológico, econômico etc. Isso resulta em falta de oportunidade de trabalho para quem tem formação profissional mais qualificada. Quanto à integração entre municípios fronteiriços, dependemos muito da ajuda federal, que infelizmente é bastante restrita. Temos feito várias reuniões com autoridades

argentinas nesse sentido. Inclusive, tivemos uma reunião em que participaram ministros e cônsules argentinos e brasileiros, para debater os temas de circulação e tentar tornar a mobilidade entre os países mais fácil.

SÍNTESE DOS DEBATES

Os dois dias de atividade do grupo de trabalho seguiram as questões orientadoras da proposta metodológica da oficina. Na primeira tarde de atividade em grupo, os debates deram maior ênfase à contextualização das dificuldades e oportunidades do morador da fronteira, à largura da faixa de fronteira e à avaliação das políticas públicas, dos mecanismos de regulação e acordos existentes. Os desafios, a ação dos governos diante deles, as sugestões e recomendações foram objeto da segunda tarde de trabalho.

A faixa de fronteira foi considerada um espaço de possibilidade de interação, marcada, infelizmente, pela falta de segurança, que deu lugar ao conflito. Segundo o grupo, nela, “a interação social é fluida, mas as demais questões esbarram nas limitações e oscilações políticas de cada Estado. A burocracia dificulta a interação. As oportunidades estão na educação, que é riquíssima, com grande possibilidade de ajudar outras áreas, como trânsito, saúde etc.”. Com unanimidade foi apontada como a grande oportunidade da fronteira a interação e a mescla entre os povos e a convivência entre as culturas. Também foi considerada relevante a possibilidade da dupla cidadania, muitas vezes em razão de laços familiares.

A grande dificuldade para o morador da fronteira é passar para o outro lado, particularmente quando se trata da Argentina. “Sempre acham uma coisinha ou outra para criar dificuldade. É preciso simplificar mais a circulação da população fronteiriça entre os países. Já houve reuniões com cônsul, comitês de fronteira, mas nada do que se discutiu e se propôs vem à prática”. Certas propostas, quando afetam algum lado, passam a ser consideradas. “Seria importante para os dois países se as soluções fossem amigáveis e sem burocracias”. Só que o entrave burocrático não afeta apenas as pessoas em seu ir e vir. “A faixa de fronteira é um atraso para o desenvolvimento, pois tem impedimentos a determinadas indústrias que afetam a economia. É preciso rever a legislação, que já não serve para os dias atuais”.

Outros participantes reiteraram essa afirmação, de que a faixa de fronteira é prejudicial ao desenvolvimento, “pois a legislação restringe investimentos na região e dificulta o desenvolvimento econômico e social. Por exemplo, as dificuldades em relação ao parque eólico, sofrendo exigências de documentação e restrição a investimentos estrangeiros”. Além da legislação que limitou investimentos e “engessou muita coisa, ainda se sofre com a ausência do poder público. Como

exemplo, a demora da chegada da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) em Uruguiana. É possível até sonhar com um hospital universitário”.

A discussão sobre se é adequada a largura de 150 km de faixa de fronteira no arco Sul também teve resultado unânime: o grupo é contra. Como motivos, foi dito que a faixa está defasada na largura e na legislação, sendo necessário diminuí-la para que se possa focar melhor os programas dirigidos a ela. A faixa cumpriu papel importante para a defesa, mas para a comunidade não deveria mais existir, pois não facilita o livre trânsito, não permite que crianças em idade escolar e doentes recorram ao outro lado sem burocracias. De certa forma, no âmbito do Mercosul, houve avanço pelo lado econômico, mas, no âmbito social, não.

Em relação às políticas e ações públicas, foram pontuadas observações separadas por blocos, conforme a seguir.

- *Planejamento e gestão*: só há ações compartilhadas em nível local, de modo pontual e sem planejamento, e ocorrem particularmente no caso de eventos sociais, esportivos, culturais. Também compartilham quando algum município precisa de um maquinário, um equipamento. Nesses casos, entretanto, “por vezes, o município fica temeroso em emprestar e chega até a não emprestar, por conta de algumas burocracias impeditivas e de possíveis consequências posteriores”. Parcerias sem formalidade acontecem, algumas na saúde, outras no trânsito etc., mas sempre com muito receio. O grupo reclamou da ausência dos governos centrais no estímulo a ações compartilhadas e uma maior atuação dos comitês de fronteira, como também de meios formais de discussão para as comunidades. Queixaram-se, ainda, que reuniões produzem encaminhamentos, mas que eles não avançam, tampouco se tornam práticas. Criticaram as reuniões de alto nível (RANs) Brasil-Uruguai, “que só acontecem nas capitais dos países” e destacaram o descaso do governo com as cidades da fronteira: “o vice-consulado do Brasil em Bella Unión foi fechado, e o mesmo se deu com a Polícia Federal (PF) em Barra do Quaraí, mostrando um verdadeiro desinteresse do governo federal. Isso complica a vida dos que cruzam a fronteira. Por exemplo, quem entra no Brasil por Monte Caseros tem que regularizar o visto (controle de imigração) em Uruguiana. E em Barra do Quaraí, os municípios dos três países participam dos eventos, mas não os governos centrais ou estaduais”. Outra crítica geral do grupo é que as políticas públicas de fronteira sempre são decididas e formuladas sem participação das comunidades fronteiriças.

- *Oferta de equipamentos e serviços de saúde:* o grupo citou o ajuste feito em 2008 nos termos do acordo Brasil-Uruguai de 2001.²⁴ Para saúde, é preciso complementar os serviços nas cidades de fronteira, via compra de serviços por contratos (conforme termos do acordo). Desde 2011, Barra do Quaraí tem contrato com Bella Unión, pois a cidade brasileira mais próxima, Uruguaiana, está a 70 km, enquanto Bella Unión, a 8 km. Usar o serviço do país vizinho, porém, exige pagar por essa complementação, e não há rubricas orçamentárias para isso, o que faz com que questões de ordem burocrática por parte do Uruguai comecem a dificultar o atendimento. O município, então, vem usando um serviço privado, com médicos uruguaios trabalhando em Barra do Quaraí, embora, mesmo nesse caso, também haja problemas, dado que os atendimentos prestados por esse serviço de saúde não podem ser lançados nas planilhas do SUS, exigindo que médicos locais “(re) prescrevam” o mesmo procedimento. E isso é muito difícil. O hospital de Quaraí tem médicos uruguaios atendendo, mas eles também não podem prescrever exames. Quem fazia essa prescrição durante um bom tempo era o próprio prefeito, por ser médico credenciado pelo SUS. No caso de Uruguaiana, os argentinos conseguem o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e o cartão do SUS e usam o serviço brasileiro, sem ressarcimento. De modo geral, o município atende mais a acidentados, pois agora existe um bom hospital em Paso de los Libres. É necessário, portanto, prever recursos pelo SUS para o atendimento do morador do país vizinho. Mais que isso, o grupo sugere que se crie um procedimento no modelo do Programa Mais Médicos, que atenda a essa atuação específica do profissional nos municípios da faixa de fronteira e cidades gêmeas. Há um parecer do Ministério Público Federal para reconhecer a atuação desses médicos na faixa de fronteira, amparados pelos termos do ajuste complementar, mas é difícil de ser colocado em prática. Outro problema da saúde é o impedimento do registro no Brasil dos nascidos vivos em outro país pela falta de hospital na cidade brasileira onde residem. O ideal seria facilitar o registro no município de residência dos pais para que estes não sejam impedidos do uso dos direitos trabalhistas, e inclusive para evitar sub-registros nas estatísticas nacionais. Por esse problema, muitas mães de Barra do Quaraí são obrigadas a se deslocar até Uruguaiana para realizar o parto, só para garantir os direitos trabalhistas, “quando

24. Ajuste Complementar ao Acordo para a Permissão de Residência, Trabalho e Estudo a Nacionais Fronteirizos Brasileiros e Uruguaios, para a Prestação de Serviços de Saúde, assinado em 28 de novembro de 2008, que possibilitou o acesso recíproco de nacionais brasileiros e uruguaios aos serviços de saúde nos dois lados da fronteira, evitando situações de deslocamento por centenas de quilômetros para receber tratamentos que estão disponíveis em uma mesma área urbana.

dar à luz em Bella Unión seria muito mais perto e com serviço de qualidade”. No caso da vigilância em saúde na fronteira, o grupo demonstra preocupação com o crescimento de casos de leishmaniose nas áreas ribeirinhas e aponta a falta de políticas de vigilância em saúde e equipamentos. Outro problema também sério relativo à saúde se refere ao caso do traslado de corpos após óbito no país vizinho, pois há muitos trâmites burocráticos. Como observou o intendente de Artigas nos trabalhos de campo: “é mais fácil sentar um morto em um carro e entrar no outro país para seu sepultamento que trasladar seu corpo obedecendo aos trâmites formais. Por isso, se faz um verdadeiro contrabando de corpos”. O grupo conclui que todos esses problemas fragilizam a saúde nas fronteiras.

- *Oferta de equipamentos e serviços de educação:* o grupo discutiu o acordo do Mercosul sobre as escolas municipais e estaduais interculturais de fronteira, registrado no Programa Mais Educação (Portaria nº 798/2012), que sempre funcionou, mas vem encontrando problemas que vão desde o transporte de professores até o repasse de recursos. Na fronteira argentina não há possibilidade de cruzamento de professores, circulação de carros oficiais, sem enfrentar pesada burocracia. Houve críticas também ao sistema semanal de idioma previsto nas atividades, uma semana com aulas em português, outra semana em espanhol, com revezamento de professores de ambos os países, sendo que na Argentina são dadas apenas aulas de português. Algumas escolas seguem trabalhando com a interculturalidade, mas com muita descontinuidade. O problema maior está no “cruze” de carro oficial, de professores, alunos, na titulação e validação de títulos... São questões fundamentais que não foram resolvidas. “Tudo isso foi denunciado em todas as últimas reuniões do comitê de fronteira”. Confirmando a importância do programa nas cidades de fronteira, o grupo votou pela manutenção do PEIF, desde que resolvendo as incompatibilidades existentes entre os países. Foi proposta, inclusive, a expansão do programa para outras cidades, no entanto, com a garantia de haver dotação de recursos para as universidades visando à capacitação dos professores das escolas, conforme previsto. Além do PEIF, o grupo destacou a importância e a necessidade da oferta de cursos bi e trinacionais, dando como exemplos o Instituto Farroupilha e a Unipampa, que já ofereceram esses cursos.
- *Conselho Tutelar:* negociações do Conselho Tutelar estão sendo resolvidas sem problemas. As relações são boas, ainda que tenham havido casos de tráfico de pessoas, como o relativo ao transporte para a Argentina

de uma adolescente no porta-malas de um carro. O Conselho “foi bem acolhido lá, e a adolescente devolvida sem impasse algum, com o apoio da consulesa”.

- *Bombeiros*: a circulação é livre, há boa relação entre os países vizinhos, que se atendem mutuamente em casos de necessidade. Entretanto, se houver qualquer problema com o veículo e um dos profissionais durante o atendimento fora do próprio país, ninguém responde.
- *Saneamento e meio ambiente*: os participantes reclamaram que todo o esgoto é jogado diretamente no rio. Em Uruguaiana, apenas uma pequena parte da coleta tem tratamento adequado. O grupo recomendou financiamento para a construção de aterros sanitários, em sistemas de consórcios entre municípios. No aspecto ambiental, os arrozais vêm causando problemas devido à captação da água, ao despejo de agrotóxicos e o assoreamento dos rios. Os participantes de Barra do Quaraí, com apoio dos demais, recomendaram integrar o Brasil no Conselho Administrativo do Rio Uruguai (CARU).
- *Infraestruturas urbanas de conexão*: o grupo enfatizou a urgência das obras previstas, que são mais que necessárias, porém sempre postergadas. Os integrantes do grupo destacaram a construção de uma segunda ponte para caminhões em Uruguaiana; relataram as dificuldades de ligação entre Bella Unión e Monte Caseros, atualmente feita apenas por pequenos barcos, e pediram a construção de uma ponte entre esses dois municípios, o que também facilitaria a conexão com Barra do Quaraí. Também, apontaram a precariedade no sistema viário regional, com necessidade de várias pontes, entre outras adequações. Citaram a ligação Uruguaiana-Barra do Quaraí, que necessita da construção de um novo leito rodoviário, pois o atual não permite reparos mais consistentes. Em termos de infraestrutura urbana, uma preocupação foi com a falta de legislações e medidas adequadas em relação às condições de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais nos países vizinhos e a desconsideração no Brasil para medidas que já deveriam estar em vigor.
- *Turismo*: o grupo observou que os municípios da região poderiam se valer dessa atividade em várias modalidades, como o histórico, arquitetônico, natural, paisagístico, de pesca, de compras, de cruzamento da fronteira etc. Os integrantes destacaram um problema fronteiriço que vem ocorrendo no turismo de pesca: como há diferentes épocas de piracema entre os países, veta-se a pesca do dourado no Brasil, enquanto na Argentina ela é liberada, e essa proibição provoca desequilíbrio ecológico, uma vez que acaba com os alevinos de algumas espécies. Há demanda para a pesca

esportiva, que se organizada atrairia pessoas e agregaria valor à economia local. Há, também, que se aproveitar o potencial natural de Barra do Quaraí e região da tríplice fronteira, embora, para isso, seja necessário criar legislação adequada e dotar o município de infraestrutura para a atividade. Além de viabilizar adequadamente o turismo na Ilha Brasileira, o grupo propôs que sejam criados o corredor ecológico constituído pelo parque estadual do Espinilho, no Brasil, Rincón de Franquía, no Uruguai, e Campos Ávalos, na Argentina, pois são áreas com o mesmo ecossistema, em continuidade nos três países; e um observatório de aves. Tudo isso está em fase embrionária, em ação conjunta entre os três países, “com forte presença do Movimento Transfronteiriço de ONGs [organizações não governamentais] e, de forma muito tímida, dos governos, pois ainda não disponibilizaram os investimentos necessários”. Outra vertente de turismo importante para a região é o turismo histórico, não obstante a necessidade de captar recursos e realizar inventário no patrimônio. Como exemplos, a Coxilha da Tríplice Aliança, o monólito, a edificação dos saladeros, além de outros monumentos e sítios históricos sobre a Guerra do Paraguai, entre outros. O turismo de compras vive a expectativa dos *free shops*,²⁵ que prevê atração de capitais de fora, mas está ainda apenas nos planos.

Quanto à adequação dos meios de regulação e dos mecanismos institucionais interfederativos de gestão, o grupo considera que o que existe não está adequado, e que há mesmo uma ausência de regulação das políticas públicas. “O Brasil é um dos países que mais tem leis, e modernas, mas só no papel”. Outro fator negativo da fronteira é que a lei existe como segurança nacional. “Essa condição já mudou. É preciso um olhar diferenciado”. “É um ambiente que exige algumas flexibilizações”. Além disso, há acordos não regulamentados e um comportamento comum de que “se pede e se recebe ajuda do vizinho e mesmo assim se fala mal dele”. Os acordos efetivos são locais e só funcionam quando independem das outras esferas.

No caso dos acordos firmados no âmbito do Mercosul, o grupo alegou completo descumprimento, pois os termos desses acordos não são regulamentados. “São defasados e assíncronicos entre os países. Os prazos não são cumpridos”, principalmente a tarjeta de tráfego internacional, “com muita burocracia para ser tirada”, ainda que, no caso do grupo, todos a tenham, embora tenham reclamado do curto tempo de validade (dois anos). “Na renovação dos cartões, leva tanto tempo a tramitação, que quando chega já está vencido”. Além disso, lamentaram também o périplo para sua renovação. A avaliação foi que esse cartão

25. Em 2019, essa demanda começou a ser atendida com abertura de lojas em Uruguiana e Barra do Quaraí.

não facilita a integração, é apenas mais uma burocracia. Até seria uma ideia boa, pois permitiria viver a integração fronteiriça, mas o problema é o assincronismo entre os países, as exigências diferenciadas etc. A Argentina exige o cartão para os brasileiros; já o Brasil não exige para os vizinhos. Eles cobram pela emissão, o Brasil não cobra.

As conclusões acerca do debate apontaram como grandes desafios para o arco Sul a largura e a legislação da faixa de fronteira, pois estão desatualizadas e são incompatíveis com a dinâmica econômica e social da região; na saúde e na educação, os trâmites e restrições ao uso transfronteiriço dos serviços, circulação dos profissionais, alunos (interculturalidade) e dotação de recursos (compensações entre países). Como desafio mais relevante, foram indicados os investimentos em universidades, parques tecnológicos e eólicos, infraestruturas econômica e urbana, por exemplo, para o desenvolvimento da região da fronteira.

Os integrantes do grupo avaliaram que a atuação dos governos diante desses desafios é praticamente ausente. Foi dada como exemplo a usina termoeletrica, que está paralisada, e certamente há recursos do contribuinte investidos nela. A participação de empresas privadas se dá apenas em pequenas ações: adoção de praças; associação de produtores, que emprestam máquinas para o município; algumas parcerias com o Sebrae para empreendedorismo nas escolas, patrocínio de paradas de ônibus etc., tudo, porém, em caráter embrionário. Em relação à sociedade civil, o destaque foi dado às dez ONGs que fazem trabalho conjunto na tríplice fronteira, com propostas de interesse comum transfronteiriço e pressionando os governos dessas três cidades (Barra do Quaraí, Bella Unión e Monte Caseros). Uma conquista é o Conselho do Parque Estadual do Espinilho, que abriu cadeira para representação de ONGs internacionais.

QUADRO 2
Arco Sul: quadro-síntese do grupo B (22 e 23 nov./2017)

A	Contextualização	Resposta
1	Como o grupo vê a faixa de fronteira?	Espaço de interação e integração entre os povos. Convivência de culturas, interculturalidade. Burocratização, complexidade na circulação da população fronteiriça entre os países. Ausência do Estado, do poder público, demora em checar políticas e investimentos.
2	O grupo considera adequada a largura de 150 km de faixa de fronteira no arco Sul? Por quê?	Não. A legislação foi importante para a defesa, mas está defasada, limitando o desenvolvimento de atividades na região. A largura da faixa deve ser reduzida ao limite da linha de fronteira e voltada à implementação de políticas públicas. A faixa de fronteira não ajuda nas necessidades da comunidade. É preciso facilitar o livre trânsito transfronteiriço de pessoas.
B	Avaliação: como o grupo avalia as políticas públicas e as ações implementadas especificamente na faixa de fronteira?	Ações recomendadas
1	<p><i>Planejamento e gestão urbana</i></p> <p>Compartilhamentos ocorrem apenas em nível local. Ausência dos governos centrais no estímulo a ações compartilhadas. Parcerias sem formalidade acontecem, porém sempre com muita dificuldade e receio de represálias, por falta de apoio legal.</p> <p>Políticas públicas de fronteira são decididas e formuladas de modo centralizado, sem a participação efetiva dos municípios fronteiriços.</p> <p>Decisões tomadas à distância (geograficamente) não refletem as necessidades do cotidiano da fronteira.</p> <p>Casos de tráfico de pessoas.</p>	<p>Plano de desenvolvimento integrado para zonas de fronteira (bi e trinacional)</p> <p>Dotação de serviços e infraestruturas de fronteira.</p> <p>Amplicar os meios formais de discussão e participação das comunidades.</p> <p>Garantir maior atuação dos comitês de fronteira.</p> <p>Encaminhar e colocar em prática as propostas extraídas em reuniões de fronteira.</p> <p>Reconhecer os encaminhamentos das decisões das reuniões locais, bi e trinacionais.</p> <p>Manter abertos os consulados e/ou vice-consulados em cidades de fronteira, assim como postos da PF.</p>
2	<p><i>Saúde</i></p> <p>Necessidade de reconhecimento da importância e dos custos da prestação de serviço pelo país vizinho e do ressarcimento (ou cofinanciamento) pelos serviços prestados ao cidadão estrangeiro.</p> <p>Vigilância em saúde pública na fronteira, com controle da leishmaniose (que cresceu nas áreas ribeirinhas) e outras doenças.</p> <p>Dificuldade de atuação dos médicos uruguaios e argentinos em território brasileiro, por falta de mecanismos ágeis de validação do registro profissional.</p> <p>Dificuldade para registro de crianças nascidas no país vizinho, pela inexistência da possibilidade dos trâmites na própria cidade.</p> <p>Dificuldade para traslado de corpos de pessoas que falecem no país vizinho.</p>	<p>Aos ministérios do Meio Ambiente; da Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação; da Cultura; do Desenvolvimento Social; da Educação; do Esporte; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores; da Saúde; do Trabalho; e do Turismo.</p> <p>Aos governos dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.</p> <p>Propor a possibilidade de um registro especial para atuação de médicos do país vizinho em municípios da linha de fronteira e nas cidades gêmeas, nos moldes do Programa Mais Médicos.</p> <p>Efetivar práticas de ressarcimento para a rede hospitalar e unidades básicas de saúde, nos casos de prestação de atendimento ao cidadão do país vizinho.</p> <p>Resolver o impedimento de registros de nascidos vivos em outros países, para evitar sub-registros nas estatísticas nacionais e garantir o direito à naturalidade brasileira ao nascido e aos direitos trabalhistas a mães e pais.</p> <p>Facilitar os trâmites para o traslado de corpos entre as cidades fronteiriças.</p>

(Continua)

(Continuação)	Ações recomendadas	Encaminhamento
<p>B Avaliação: como o grupo avalia as políticas públicas e as ações implementadas especificamente na faixa de fronteira?</p> <p><i>Educação</i></p> <p>Recursos escassos e problemas no intercâmbio que a atividade educacional exige.</p> <p>3 Impasses e descontinuidade na realização das atividades das escolas municipais e estaduais interculturais de fronteira (deslocamentos de professores e alunos, formação de professores etc.). Ausência de cursos integrados em nível técnico e superior.</p>	<p>Rediscutir o problema das incompatibilidades entre os países, no âmbito do PEIF.</p> <p>Expandir o projeto para outras cidades de fronteira.</p> <p>Oferecer cursos bi e trinacionais, pelas universidades e institutos federais.</p> <p>Oferecer cursos de formação superior e especialização voltados aos estudos fronteiriços.</p> <p>Simplificar trâmites de validação de certificados.</p>	<p>Aos ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação; da Educação; do Desenvolvimento Regional; do Planejamento, Orçamento e Gestão; das Relações Exteriores; e do Trabalho.</p> <p>Aos governos dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.</p>
<p><i>Mobilidade urbana</i></p> <p>Problemas de congestionamentos na ponte de Uruguaiana.</p> <p>Permanência de caminhões sobre a ponte, aguardando liberação de cargas para entrada no Brasil.</p> <p>4 Limitações à conexão entre Bella Unión e Monte Caseros, atualmente feita apenas por pequenos barcos.</p> <p>Precariedade no sistema viário regional e necessidade de pontes e demais meios de conexão.</p> <p>Inexistência de condições de acessibilidade a pessoas com necessidades especiais, nas cidades da fronteira brasileira e nos países vizinhos.</p>	<p>Revitalização da ponte existente entre Uruguaiana e Paso de los Libres.</p> <p>Construção de uma ponte para passagem de caminhões em Uruguaiana.</p> <p>Apoiar a construção da ponte entre Bella Unión e Monte Caseros, que ainda está apenas prevista.</p> <p>Melhoria do sistema viário regional: duplicação da BR-290/Uruguaiana-Porto Alegre; reconstrução da BR-472/Barra do Quaraí-Uruguaiana.</p> <p>Construção da ponte sobre o rio Ibicuí, para conexão entre Uruguaiana-Itaqui.</p> <p>Criar condições de igualdade quanto à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais entre os países vizinhos.</p> <p>Implementar medidas de acessibilidade nas cidades da fronteira brasileira.</p>	<p>Aos ministérios do Desenvolvimento Social; do Desenvolvimento Regional; das Relações Exteriores; e da Infraestrutura (rodovias, portos e aviação regional).</p> <p>Aos governos dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.</p>
<p>5</p> <p><i>Saneamento</i></p> <p>Coleta, tratamento e destino dos esgotos urbanos, aparato quase inexistente em Uruguaiana e Barra do Quaraí.</p>	<p>Implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto.</p> <p>Recursos para a construção de aterros sanitários, que poderiam ser executados por meio de consórcio com outros municípios fronteiriços.</p>	<p>Aos ministérios do Desenvolvimento Regional; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores; e da Saúde.</p> <p>Aos governos dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.</p>

(Continua)

(Continuação)

	Ações recomendadas	Encaminhamento
<p>B Avaliação: como o grupo avalia as políticas públicas e as ações implementadas especificamente na faixa de fronteira?</p> <p><i>Gestão das águas</i></p> <p>Os períodos de piracema não coincidem entre os países, prejudicando a atividade da pesca.</p> <p>6 A pesca do dourado não é permitida aos brasileiros.</p> <p>Problemas na captação de água e despejo de agrotóxicos nos cultivos dos arrozais.</p> <p>Assoreamento de cursos d'água.</p> <p>O Brasil não integra o CARU.</p>	<p>Unificação da legislação da pesca do dourado, contemplando os dois "lados" do rio.</p> <p>Unificação das datas de piracema.</p> <p>Liberação da pesca do dourado para os brasileiros.</p> <p>Controlar a captação de água e o despejo de agrotóxicos nos corpos d'água.</p> <p>Resolver o problema do assoreamento dos rios.</p> <p>Integrar o Brasil ao CARU.</p>	<p>Aos ministérios do Desenvolvimento Regional; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores; e do Turismo.</p> <p>Aos governos dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.</p>
<p><i>Turismo</i></p> <p>A região apresenta grande potencial turístico para: pesca esportiva e turismo aquático em geral; ecoturismo; turismo histórico, arquitetônico e cultural, e possibilidades para turismo comercial e de compras (<i>free shops</i>).</p> <p>Exemplos: Coxilha da Tríplice Aliança (monólito); saladeros; monumentos e sítios históricos sobre a Guerra do Paraguai; patrimônio arquitetônico urbano; Ilha Brasileira; corredor ecológico e observatório de aves.</p>	<p>Desenvolvimento de turismo histórico, cultural, ambiental, comercial, aquático etc.</p> <p>Criação de um plano de turismo articulado entre os países.</p> <p>Inventariar o patrimônio histórico, cultural, arquitetônico e paisagístico.</p> <p>Instalar infraestrutura adequada ao tipo de turismo de região de fronteira.</p> <p>Compatibilizar as legislações para a atividade turística entre os países.</p> <p>Capta recursos para projetos e atividades turísticas.</p> <p>Capacitar recursos humanos para gestão e promoção da atividade turística (integração com universidades e institutos federais).</p> <p>Criar o Corredor Biológico Trinacional: Espíngolo (Brasil), Rincón de Franquia (Uruguai) e General Ávalos (Argentina).</p> <p>Incentivar atividades de observação de aves.</p>	<p>Aos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Regional; da Cultura; do Meio Ambiente; das Relações Exteriores; do Trabalho; dos Transportes (rodovias, portos e aviação regional); e do Turismo.</p> <p>Aos governos dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.</p>
<p>C Desafios: quais são os principais desafios do arco Sul?</p> <p>1 Largura da faixa de fronteira e defasagem da legislação diante da dinâmica da região.</p>	<p>Ações recomendadas</p> <p>Mudar a concepção da faixa de fronteira, de uma área de segurança e defesa para uma área de políticas sociais e com facilidade de mobilidade entre os povos da fronteira.</p> <p>Reduzir a largura da faixa de fronteira.</p>	<p>Encaminhamento</p> <p>Aos ministérios do Desenvolvimento Regional; da Defesa; da Justiça e Segurança Pública; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e das Relações Exteriores.</p> <p>Aos governos dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.</p>

(Continua)

(Continuação)

C	Desafios: quais são os principais desafios do arco Sul?	Ações recomendadas	Encaminhamento
2	Prestação e acesso aos serviços de saúde e educação.	Implementar políticas específicas para as cidades de fronteira integradas com os países vizinhos, a fim de facilitar os trâmites, atualmente excessivamente burocráticos.	Aos ministérios do Desenvolvimento Regional; da Cultura; da Educação; das Relações Exteriores; da Saúde; e do Trabalho. Aos governos dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.
D	Oportunidades: quais as principais oportunidades do arco Sul?	Ações recomendadas	Encaminhamento
1	Localização geográfica privilegiada: enxergar a região de fronteira como potencialidade e não como problema.	Desenvolvimento regional integrado com os países vizinhos. Desenho de um plano de turismo integrado entre os países, de modo que potencialize as diversas dimensões da atividade, expressas na região. Criação de rotas e circuitos turísticos articulados entre os países vizinhos.	Aos ministérios do Desenvolvimento Regional; da Cultura; da Educação; do Esporte; das Relações Exteriores; do Trabalho; e do Turismo. Aos governos dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.
2	Educação e cultura, interação e interculturalidade. A grande oportunidade da localização fronteiriça é: a integração e a mescla entre os povos; a convivência entre as culturas; a interação das atividades sociais, culturais, ambientais e econômicas; a possibilidade da dupla cidadania, muitas vezes por causa de laços familiares; entre outras.	Implementação de cursos que integrem os três países, com reconhecimento de títulos e livre circulação de docentes e discentes de todas as idades. Incentivar o aprendizado do idioma e da história do país vizinho; e facilitar o intercâmbio de suas práticas culturais. Criar um calendário de eventos e atividades culturais e esportivas, que integre os três países.	Aos ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação; da Cultura; da Educação; das Relações Exteriores. Aos governos dos estados do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Fonte: Grupo B.

Elaboração: Equipe Fronteiras Ipea.

GRUPO C: DEFESA DO TERRITÓRIO E INTEGRAÇÃO ENTRE OS POVOS



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Coordenadora: Maria Nunes (Ipea)

Facilitadora: Paula Moreira (Ipea)

Relator: José dos Santos Rosa de Oliveira (Núcleo de Fronteira da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia – SDECT/Rio Grande do Sul)

Participantes

- Alexandre dos Santos Cunha – Ipea
- Argemiro Rocha – ONG Atelier Saladero
- Carla Tatiana Zappe – Instituto Federal Farroupilha (IFFar), São Borja
- Enzo Ferrari – área protegida Rincón de Franquía, Uruguai
- Irani Fernandes – presidente da Câmara de Vereadores de Uruguiana
- Izair Rodrigues – coordenador de Defesa Civil
- João C. Melo Noronha – Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan)
- José dos Santos Rosa de Oliveira – Núcleo de Fronteira SDECT/Rio Grande do Sul
- José Giardello – Comitê Hidrovia do Rio Uruguai
- Liana Nolibos Rodrigues – IFFar
- Simone Trojan – Comitê Quaraí

Temas que orientaram os apontamentos individuais, os debates no grupo de trabalho e a elaboração do relatório a ser apresentado na plenária estão apresentados a seguir.

Contextualização

- Como vê a faixa de fronteira? Qual a grande dificuldade e a grande oportunidade do morador da fronteira?
- Considera adequada a largura de 150 km de faixa de fronteira no arco Sul? Por quê?

Avaliação

- Como avalia as políticas públicas e as ações referentes a: *i*) gestão ambiental (unidades de conservação, recursos minerais, biodiversidade, vigilância sanitária, cooperação internacional); *ii*) povos da região (nações indígenas, ribeirinhos, assentados, quilombolas, garimpeiros, posseiros, mineradores, agricultores, pecuaristas e madeireiros); *iii*) migrações (impactos das migrações, estratégias de acolhimento ao imigrante, orientação ao emigrante, inclusão produtiva, sistema de monitoramento); e *iv*) segurança (ilícitos ambientais, mineração irregular, biopirataria, hidropolítica, tráfico de drogas, armas e pessoas, cooperação técnica na área de inteligência, protocolo comum entre órgãos de controle da fronteira)?
- Considera adequados os meios de regulação e os mecanismos institucionais interfederativos de gestão?
- Como vêm sendo efetivados os acordos firmados no âmbito do Mercosul?

Desafios

- Na sua percepção, quais seriam os grandes desafios e quais as principais recomendações para o arco Sul na faixa de fronteira?
- Como os governos têm atuado diante desses desafios? Há participação de empresas privadas e entidades civis? Quais? Como participam?

Oportunidades

- Dadas as diferenças das regiões da fronteira, que políticas diferenciadas e/ou acordos exitosos de outras regiões você sugere que sejam implementados para o enfrentamento dos desafios da faixa de fronteira do arco Sul?

RELATÓRIOS INDIVIDUAIS

Argemiro Rocha (ONG Atelier Saladero)

Contextualização

Vejo grande potencialidade na comunidade fronteiriça. Potencial ambiental, turístico, histórico e cultural. A região de fronteira é desconhecida pelos governos que não enxergam as suas reais peculiaridades.

Avaliação

Inexistência de políticas públicas; gestão ambiental precária; políticas para os povos da região também precárias (faltam educação, formação); políticas migratórias deficientes, o mesmo acontecendo com as políticas de defesa e segurança.

Não conheço os meios de regulação e os mecanismos institucionais interfederativos de gestão. O Mercosul não marca presença.

A sociedade civil organizada tem elaborado projetos diversos no âmbito social, pressionando os governos que são lentos, inoperantes e ineficientes.

Desafios e recomendações

Irmanar as fronteiras, derrubar as barreiras burocráticas que impedem a cooperação trinacional entre Brasil, Uruguai e Argentina.

Valorizar as ONGs da tríplice fronteira que participam elaborando projetos e mobilizam a esfera política para sua implantação.

Realizar projetos, nas escolas e universidades, que promovam um amplo conhecimento da geografia trinacional. Uma vez esse conhecimento assimilado, seja cultural, ambiental ou histórico, vive-se a reivindicar políticas públicas.

Carla Zappe (IFFar/São Borja)

Contextualização

A faixa de fronteira é um lugar rico e cheio de possibilidades, dependendo de quem olha. Por muito tempo, sujeitos e municípios foram narrados – ou melhor, ainda são – como pessoas/áreas de marginalidade e conhecidos como áreas de risco, devido às estatísticas de criminalidade etc. Precisamos focar no potencial da riqueza cultural dessas áreas, para realizar ações efetivas de valorização dessas regiões.

Sobre a largura da faixa de fronteira, penso que deveria se restringir às pessoas e aos municípios limítrofes. Os 150 km são uma extensão muito ampla.

Avaliação

Gestão ambiental: percebo a organização e um movimento das ações nesse sentido. Povos da região: políticas pouco efetivas; migrações; desconheço políticas referentes. Na defesa e segurança, estão empenhados, porém com dificuldades. Devido ao tamanho do nosso território, os resultados são pouco efetivos, entre tantas outras crises que nosso país enfrenta.

Desconheço os meios de regulação e os mecanismos institucionais interfederativos de gestão para poder emitir opinião. O que eu percebo é que há dificuldades, sim. Um exemplo: na área de educação, tentamos compartilhar o sinal com o país vizinho, mas o canal oficial não pôde ser acessado no outro país. Precisamos avançar em algumas questões burocráticas.

Desafios

O grande desafio é a quebra do paradigma sobre a fronteira. Criar mecanismos para promover esse território e, assim, operacionalizar as políticas sociais para todos. No âmbito educacional, por meio de cursos binacionais.

Creio que há muitas leis, mas não voltadas aos transfronteiriços, aos problemas sociais. Precisamos fortalecer a parceria público-privada e, assim, efetivar as políticas de fronteira.

Enzo Ferrari (área protegida Rincón de Franquía/Uruguai)

Contextualización

Las comunidades de la tríplice frontera deben conocer para generar conciencia, conservar y poder presentarlo como destino turístico.

Pro: es una frontera pacífica, pueblos hermanados, excelente relación.

Contra: falta de control aduanero y fronterizo (Barra do Quaraí).

Los 150 km de la faja de frontera, creo que es una distancia adecuada, considero un área de influencia bastante amplia.

Evaluación

Gestión ambiental: muy deficitario; poco personal a nivel de territorio; poca inversión pública. No se respetan las zonas de amortiguación (amortecimiento) Ej: cultivos agrícolas, represas etc.

Pescadores artesanales *versus* industriales. Agricultores responsables *versus* irresponsables.

La expansión agrícola aumenta los riesgos de inundaciones.

Problemas en el Acuífero Guaraní? Cómo Brasil gestiona el uso de la cuenca del río Uruguay?

Gestión trinacional de la cuenca del río Uruguay. Calidad del agua.

Ceder a intereses privados. No hay debate público sobre recursos naturales compartimentados. Sí a nivel de las personas, no gubernamental. Futuro sin agua es posible?

Migraciones: desconozco la situación. Creo que es una zona de conflicto, pero falta control migratorio.

Ilícitos: tráfico de fauna? De personas?

Mercosur: estancado.

Recomendaciones

Organización de las comunidades por microcuencas (gestión ecológica).

Izair Rodrigues (coordinador de Defesa Civil de Uruguaiana)

Contextualização

Considero a largura da faixa de fronteira adequada.

Avaliação

Migrações: esse intercâmbio é normal entre as cidades, pessoas mudando de um lado e de outro, um ajudando o outro na faixa.

Defesa e segurança: falta efetivo. Já existe uma cooperação, mas só funciona de um lado. Nossa aduana só fiscaliza o transporte; enquanto do outro lado, a segurança. Mercosul: não chega ao conhecimento da população.

Recomendações

É preciso continuar cuidando para não perder a integração, manter aquilo que se tem, sem afetar a população, sempre buscando nos aproximar mais. Nosso modelo está bom sem mexer. Estamos precisando conhecer mais as nossas leis.

João Noronha (Corsan)

Contextualização

A faixa de fronteira é algo que cria barreiras ao desenvolvimento da região. O morador da fronteira tem dificuldades maiores proporcionadas pela burocracia. As oportunidades são inúmeras, mas os entraves burocráticos são os maiores empecilhos.

A largura de 150 km da faixa de fronteira cria péssima restrição. É um tipo de regra excludente, que não contribui em nada para as fronteiras; pelo contrário, só produz mais atrasos. Em outros tempos talvez se justificasse, mas nos dias atuais, não. No arco Sul, então, não tem razão de existir. Contribui para o atraso da região.

Avaliação

As políticas públicas ambientais são ruins, deficitárias. A política para os povos da fronteira representa incentivos para alguns, mas para a grande maioria é precária e excludente. As políticas migratórias são deficitárias. As políticas de segurança e defesa também são deficitárias, precisam se adequar à realidade.

O Mercosul, embora inicialmente tenha sido posto como algo que traria grandes benefícios aos países participantes, atualmente se mostra ineficiente para aquilo que foi criado.

Desafios

O principal desafio é mudar a visão política central para o arco Sul, começando com a eliminação da faixa de fronteira, a partir do reconhecimento de que a fronteira Sul é diferente da do restante do país, pois possui uma população enorme, que precisa ser melhor assistida pelo poder público.

A atuação governamental é inerte, as ações não são efetivas, há pouca participação.

José dos Santos de Oliveira (Núcleo de Fronteira SDECT/Rio Grande do Sul)

Contextualização

Vejo a faixa de fronteira como um desafio positivo, no qual podemos usar as dificuldades como ponto de partida para buscarmos nossas soluções. Cada região fronteiriça tem suas particularidades, que devem ser tratadas pontualmente. Na sua maioria, os moradores são bem integrados. Precisamos aprimorar a atuação governamental para melhorar essa integração. É preciso maior responsabilidade dos governos.

Eu entendo que não há mais necessidade dos 150 km de faixa de fronteira. Os tempos mudaram, com o avanço tecnológico não se faz necessária a abrangência desse território todo quando se pensa nas leis de segurança nacional, no entanto, precisamos de mais investimentos. Quem tem investido são as empresas internacionais, que enfrentam dificuldades por causa legislação vigente. Devemos entender a fronteira não apenas como um limite físico entre os países, mas como um espaço para a integração entre as pessoas, para o desenvolvimento de ações de saúde, educação, trabalho, segurança.

Avaliação

Considero que, em relação a nossa maior riqueza, o aquífero Guarani, ainda não conseguimos fazer uma gestão em conformidade com suas potencialidades, mas temos muitos órgãos atuando, nas áreas de pesquisa, em universidades, institutos, e podemos aproveitar o desenvolvimento dessas pesquisas para aprimorar nossos conhecimentos e ter nossas ações convergentes com a realidade de cada região fronteiriça.

Quanto à segurança, temos um problema sério de falta de contingência, por isso é importante aprimorar mais ainda a inteligência para o preventivo e buscar maior integração entre as áreas de segurança dos entes federados, municipais, estados e União. Quanto aos consórcios, temos dificuldade para amparo legal. Pelo tempo de trabalho do Mercosul, entendo que devíamos estar com mais progresso em todos acordos. Quem sabe se houvesse um escritório mais próximo, pois estamos ligados a São Paulo.

Desafios

Penso que os desafios são a integração a partir da faixa de fronteira, com foco nos países, não são só na fronteira. Ou seja, pensar em ações que comportem o todo. Entendo que precisamos trabalhar mais em educação, saúde, emprego e segurança. São desafios que devem ser tomados como prioridade.

Os governos têm travado discussões mais locais, regionais, têm assinado protocolos de intenções, têm discutido mais as divergências que as convergências, têm avançado bastante na integração. Mesmo assim, o trabalho feito ainda é insuficiente.

É preciso uma representação local do Mercosul. É necessário compilar todos os estudos existentes, todos os tratados, atualizar os protocolos e fazermos uma agenda positiva e produtiva com ações efetivas para integração e desenvolvimento. Menos reuniões e mais ações. Precisamos de uma agenda realmente positiva, com fortalecimento institucional, com sustentabilidade. Além disso, mais ações na faixa de fronteira, determinar os principais eixos de ação e colocar em prática o que hoje é teoria.

José Giardello (Comitê Hidrovia do Rio Uruguai)

Avaliación

Mercosur: considero que los acuerdos son poco representativos de la discusión de los acuerdos, son de cúpula, en nivel de cúpula política. Es un ámbito protocolar, político y de mercantilización. Poco operativo, sin peso político, con reglas difusas, no respetado. Es testimonial.

Desafios

Grandes desafios y recomendaciones para arco Sur en la faja de frontera: aglutinar a todos los actores; generar ámbitos de discusión y planificación colectiva; adquisición de compromisos multiactorales; generación de credibilidad ciudadana; posicionar los temas regionales; tener un cronograma y planificación de acciones; generar liderazgos necesarios; construir agenda propia y posicionarla; empoderamiento de actores políticos (hoy debería estar los gobiernos, un tema de compromiso, interés).

Evaluar políticas públicas: inexistencia de previsión social regional; nivelación de derechos laborales y sociales; homologación de carreras universitarias; constituir recursos para garantizar atención de emergencia en territorio transfronterizo.

Promoción del transporte multimodal. Formulación de políticas públicas en el desarrollo fluvial.

Creación de programas de prevención trinacional en salud relativo a dengue, chicungunya y leishmaniosis.

Liana Rodrigues (IFFar)

Contextualização

Ao pensar na fronteira, penso nas relações já estabelecidas e como a administramos no nosso cotidiano. Como fronteiriça, percebo a fronteira como limite de espaço, de relações internacionais, limite literal criado para delimitar o espaço.

Penso que a largura da fronteira requer reanálise. Na prática, percebo que essa extensão é muito ampla e dificulta as questões de segurança e controle, por exemplo. Estrategicamente, amplia, mas reduz a percepção, uma vez que não possuímos controles nesses 150 km.

Avaliação

Percebo, como moradora da região, a dificuldade do trabalho colaborativo. São muitos órgãos, com várias políticas para o mesmo fim e que não se articulam. Como prova disso, vemos ações isoladas, sem a gestão para um fim comum.

Considero os meios de regulação adequados, mas podem ser reavaliados. Falo da minha experiência como trabalhadora de uma instituição de ensino, que os limites fronteiriços nos impedem de intercâmbios, começando por legislações muito distantes na área da educação (carga horária de cursos), como solicitar, com no mínimo trinta dias, autorização para atravessar a fronteira em uma missão oficial. Como vizinhos, podemos trocar tantas experiências e para alguns setores essa articulação não é facilitada, como na área de segurança.

Desafios e oportunidades

Como desafio, está o trabalho colaborativo das diferentes instituições, articulando-se para um propósito comum.

O governo tem atuado, porém, são ações isoladas que não repercutem na sociedade, e, sem visibilidade, não percebemos essa ação como um bem comum no cuidado da nossa fronteira.

Recomendações

Recomendo outros encontros como este, para reunir semestralmente entre os agentes das políticas de fronteira, reavaliando e sobretudo percebendo o olhar da comunidade a respeito. Outras recomendações estão na facilitação do acesso, falo de se atravessar a fronteira, e na efetivação do Mercosul.

Simone Trojan (Comitê Quaraí)

Contextualização

Vejo a fronteira como uma grande oportunidade de troca de conhecimentos e culturas entre os povos. A grande dificuldade é quanto à legislação dos países, pois temos, por exemplo, rios que dividem os municípios, com normas diferentes, enquanto deveriam ser iguais.

Há descaso em relação aos moradores e produtores locais.

A faixa de 150 km é prejudicial à fronteira e ao desenvolvimento regional.

Avaliação

A vigilância sanitária, na questão da agricultura, proíbe a utilização de determinados produtos para aplicação em lavouras, porém, importa grãos em que foram usados os mesmos produtos. Aqui, me reporto ao Uruguai e a produtos para a lavoura arrozeira.

Chama atenção, ainda, que países como Argentina e Uruguai praticamente não possuem populações ribeirinhas. É que lá há parques para uso de lazer na beira dos rios, enquanto o Brasil possui um alto índice de pessoas morando em margens de rio, o que não deveria acontecer pois são áreas da União, sem contar que essas habitações são altamente poluidoras.

Sobre os assentados: muitos se aproveitam de benefícios sem nada produzir. Sou contra, pois, já que são pequenos produtores, poderiam alugar ou arrendar pequenas áreas para produzir. Deveria haver maior fiscalização já que existe amparo legal. Muitas vezes é vergonhoso morar em zonas de fronteira.

O Mercosul, para mim, é um mercado que está apenas no papel. As estradas na Argentina são duplicadas para darem melhores condições de transporte de

mercadorias, e no Brasil, aqui na nossa região, as estradas são vergonhosas. Houve um acordo firmado entre o Brasil e Argentina, mas o Brasil não cumpre a sua parte.

Desafios

Que se cumpram os tratados e acordos. Por exemplo, o controle de migração e emigração nas zonas de fronteira para moradores locais deveria ser desnecessário.

Criação de legislação ambiental comum para rios e matas que estão na zona de fronteira.

Legislação com um único propósito, particularmente em relação a determinados produtos agrícolas utilizados na nossa região para produção do arroz. Eles são proibidos no Brasil, mas o país importa grãos do país vizinho, Uruguai, que usa o mesmo produto. Para mim é uma contradição enorme e um grande desrespeito ao produtor rural.

SÍNTESE DOS DEBATES

Para operacionalização da dinâmica de grupo, os participantes foram colocados em círculo, para facilitar a discussão das questões propostas pelo grupo de pesquisa. Com a adoção desse formato, foi proposta a valorização da fala de todos os participantes, assim como um maior estímulo ao debate, à reflexão e avaliação das propostas. Após as apresentações dos participantes, ficou demonstrado que estavam representadas no grupo instituições do Legislativo e Executivo municipais, da sociedade civil, do governo do estado do Rio Grande do Sul e do governo federal. Estas foram as cidades e localidades representadas: do Brasil, Uruguaiana, Barra do Quaraí, São Borja, Alegrete e Porto Alegre; e do Uruguai, Bella Unión.

No primeiro conjunto de perguntas, os participantes se posicionaram mostrando suas respectivas visões acerca de como eles veem a faixa de fronteira e sobre como analisam a sua largura. No que tange à caracterização da faixa de fronteira, sobressaíram os seguintes termos: delimitação, burocracia, permeabilidade, ineficiência, proteção, mobilidade urbana, convivência e problema.

Ficou demonstrado que os participantes enxergam que cada região fronteira tem a sua realidade e possui os seus desafios, mas que estes podem ser pontos de partida para as oportunidades, e que as potencialidades poderiam ser maiores se o governo federal voltasse sua atenção para esse espaço. Em relação aos desafios, o principal deles reside no aprimoramento de instrumentos que possam efetivar os mecanismos de aproximação que, no caso do arco Sul, já existem. Esses instrumentos serviriam para aprofundar as diversas formas de trocas de serviços, comerciais, culturais, sociais, e garantiria novos formatos para ampliar a integração econômica, com mais financiamentos e a participação de todos os níveis de governo na área

de sua responsabilidade. O grupo afirmou que a participação dos diferentes entes é condição necessária ao desenvolvimento da faixa de fronteira.

Sobre a questão da largura da faixa de fronteira, trata-se de espaço com critério estritamente militar, com especificidades definidas pela legislação, que estabelece uma série de limitações para determinadas atividades produtivas, financiamentos de bancos públicos, propriedade, solo etc., e que “condena a região à decadência econômica”. Foi observado que a atual configuração da faixa de fronteira foi criada no contexto da Guerra Fria, quando a Argentina, por exemplo, representava um risco. “Hoje a Argentina é nossa parceira comercial. O Mercosul é nosso bloco comercial”.

Para o grupo, há promessas de mais instrumentos de defesa e segurança na região da fronteira, projetos específicos de desenvolvimento que são feitos para compensar o estancamento econômico, mas que são pouco efetivos. Uma faixa territorial larga, portanto, relega a região à depressão econômica. Os participantes destacaram, também, a situação dos municípios, que, mesmo distantes da realidade da fronteira, sofrem com a regulamentação e limitações definidas na legislação específica, que dificultam a instalação de alguns tipos de empreendimentos – como empresas multinacionais –, gerando perda de arrecadação e capacidade de geração de emprego e renda nessas localidades. Um exemplo citado diz respeito à gestão do lixo em Uruguaiana e deixa bem desenhado esse problema, uma vez que uma empresa multinacional com projeto de transformar o lixo em energia não pode se instalar na cidade porque não é nacional. A consequência disso é que a dificuldade para a implantação de multinacionais tem criado polos de desenvolvimento em outras regiões, que não são distantes da fronteira. Integrantes do grupo afirmaram, ainda, que muitos dos problemas da decadência econômica de diversas áreas da América do Sul estão ligados às áreas fronteiriças.

No caso do arco Sul, há vários argumentos para a diminuição da largura da faixa de fronteira. Entre eles, a grande abrangência territorial da região, que abarca a maior parte da população (60%), e a possibilidade de um conflito militar, que é remota. Associam-se aos argumentos destacados pelo grupo a extensão territorial “ineficiente”, sem a presença de segurança, e as políticas e ações públicas demandadas para tal recorte, que não correspondem às expectativas dos fronteiriços. O grupo entende, também, que quem faz a integração é o povo. “Não faz mais porque a burocracia (legislação) não permite”. Além disso, um dos pontos negativos que foi apontado é o esvaziamento da região, sendo que, no atual estágio das tecnologias disponíveis, não há necessidade da atual largura da faixa de fronteira. O grupo defende a necessidade de assegurar o bom trânsito do cidadão fronteiriço, bem como dos turistas que visitam a região.

O limite da faixa de fronteira deveria ser alterado, uma vez que a integração dos países do Cone Sul só poderá ser alcançada se barreiras como essas forem

superadas, uma vez que representam uma burocracia que não é mais necessária. Apesar do posicionamento da maioria, como destacado, ao refletirem que a largura da faixa de fronteira para o arco Sul deveria ser menor, um participante se posicionou contrário e argumentou que a largura está adequada e que ela deve permanecer com a atual configuração.

Fechando essa questão, o grupo propôs que a legislação para a faixa de fronteira, bem como a legislação de segurança nacional, seja reavaliada de acordo com as novas tecnologias e conforme os anseios da população local. O potencial da faixa de fronteira depende de o governo federal dar especial atenção para a área, o que, no momento, não reflete a realidade, conforme os argumentos de outros participantes.

Para o tema da gestão ambiental, o grupo afirmou que quase não há políticas públicas e as que existem são muito deficitárias, tanto que a população fronteiriça não consegue identificar tais ações em seus locais de vivência. Como exemplo, foi citado o parque estadual do Espinilho, “a única referência em todo o Brasil. Quem quiser ter ideia de savana africana, tem que ir a Barra do Quaraí. Um tesouro em abandono completo. Não há pessoas para tratar do tema ambiental transfronteiriço”.

Entre os relatos sobre a temática, destaca-se ainda o exemplo da gestão ambiental do rio Uruguai, em que se têm políticas para o lado uruguaio e argentino, mas do lado brasileiro não há qualquer ação pública semelhante. Além disso, a fronteira agrícola avança sobre a bacia do rio, o que provoca enchentes nas regiões abrangidas, gerando prejuízos, haja vista que os países partilham o mesmo ambiente. A gestão da água seguir como está aponta para um iminente desastre ambiental.

Outra questão destacada foi a falta de um instrumento específico que possa adequar as normas de uso de defensivos agrícolas no espaço fronteiriço, uma vez que as legislações são diferentes entre os países. Essas diferenças num único ambiente configuram um grande problema, como no caso da definição do período de piracema, que evidencia uma disfunção na pesca do dourado, pois ocorre do lado brasileiro em um período e no lado Argentina em outro. Isso ocorre devido a não haver estudos, pesquisas e levantamentos de forma integrada sobre temas ambientais entre os países, o que minimizaria esses descompassos.

Para o grupo, muitas vezes, há a percepção de maior presença do Estado em temas pontuais, como o meio ambiente, nos países limítrofes do que em território nacional. Outro exemplo é a mata ciliar preservada e os afluentes limpos que dividem Brasil e Uruguai. Na mesma linha, na Argentina são permitidas queimadas, prática que promove o renascimento do ecossistema, algo que não é permitido no Brasil. Questões como essas dificultam a unificação das regras de preservação e conservação em locais próximos à linha de fronteira.

Ainda no tema ambiental, foram destacados alguns exemplos exitosos que poderiam ser replicados em outros recortes da fronteira, como o tratado da Lagoa Mirim, que conseguiu unificar a legislação. Alguns participantes também sugeriram, para a questão ambiental, constituir um Corredor Biológico Trinacional que envolvesse todos os lados do limite internacional. As políticas ambientais, segundo o grupo, deveriam ser criadas em nível de bacias, e promovidas a adequação e a unificação da legislação em torno do uso de defensivos agrícolas na região. Em suma, os comitês devem ser fortalecidos para melhor atuar nessas questões.

Em se tratando das relações entre os povos, o Brasil é um país atrasado quanto a questões migratórias. “A gente recebe poucos migrantes”, o que configura um obstáculo no intercâmbio de profissionais, por exemplo, e representa uma perda para a população fronteiriça. Essa é uma área em que o “Mercosul falhou”. Já sobre as questões de políticas migratórias, a percepção dos participantes é que os países vizinhos parecem estar à frente do Brasil. Essas questões passam pelas dificuldades de legislação. Nos acordos de integração dos povos, as cidades gêmeas são maiores que em outros pontos da fronteira, como na regulação entre Brasil e Argentina, que permite aos moradores passe livre na área de fronteira dos dois países. Para operacionalizar esse movimento foi criada a carteira vicinal (Brasil e Argentina), um documento que dispensa o morador de fronteira de ter que fazer a migração. “Não se consegue fazer isso andar”, entretanto, devido às diferenças de nível de atendimento (serviços), sobretudo nos serviços de saúde etc.

Sobre a dificuldade de operacionalização dos tratados, foi mencionada a questão da internacionalização da Unipampa, que oferece vagas em cursos da área de saúde aos vizinhos, ainda que haja dúvidas sobre como isso pode ser operacionalizado no reconhecimento do título nos respectivos países de origem. A mesma dificuldade que se percebe em termos do reconhecimento de títulos emitidos por universidades no exterior, e licenças de trabalho permitidas para estrangeiros no país. Por exemplo, os médicos uruguayos que residem nas proximidades da fronteira possuem grau universitário, porém não são autorizados a atender pacientes brasileiros. “Professor brasileiro que quiser fazer doutorado na Argentina também não é reconhecido”. Toda essa situação traz muitas barreiras à circulação de profissionais qualificados entre os países.

Ainda dentro das dificuldades, há a questão dos nascidos nos países vizinhos, que já nascem binacionais. No caso dos brasileiros, os que nascem no exterior não têm os direitos previstos na legislação brasileira. Além disso, há a dificuldade de traslado de fronteiriço que morre no país vizinho. O grupo observou que essas questões não poderiam ser resolvidas por meio de mecanismos interfederativos, que melhor seria por meio dos consórcios, por exemplo.

Para os participantes, a natureza da migração influencia também as relações estabelecidas no recorte. Mais ao norte do arco, as relações são mais facilitadas devido ao tipo de ocupação do território. Essa ocupação foi sedimentada pelas levas

de migrantes italianos e alemães, já que, no início do processo de povoamento da região, as fronteiras ainda não estavam constituídas. Assim, as famílias estão presentes dos dois lados da fronteira, e isso facilita as relações transfronteiriças nessa área. Já a mesma coisa não ocorre no extremo sul da fronteira.

É necessário aprimorar mais a inteligência e integrar mais os entes federados para cooperar com eficiência no tema da segurança pública. A experiência de participação em fóruns aponta a existência de uma anomalia, pois não há presença dos municípios fronteiriços nessas discussões. O Brasil “tem sérios problemas de efetivo na fronteira como um todo. Especialmente, no âmbito policial”. Foi citado o exemplo do lado uruguaio, onde há uma desproporção de quantitativo de efetivo. Deve haver uma “política de retenção de quadro na fronteira”, sobretudo no caso da PF. Além disso, a cooperação não é a ideal entre as polícias. É preciso que haja uma política de permanência maior de servidor na fronteira.

A distribuição dos efetivos policial e militar poderia estar mais bem equilibrada, transferindo-os de onde há menor demanda e os colocando onde há mais casos de tráfico, transporte ilegal de mercadorias, descaminho de gasolina etc. Há, ainda, muitos aprovados em concursos públicos e lotados na faixa de fronteira que não costumam permanecer ali por muitos anos e logo solicitam transferência para outras partes do país, dificultando a manutenção e atração de pessoal para a área.

Questionados sobre o tráfico de pessoas, os participantes residentes relataram que, nesse ponto da fronteira entre Uruguaiana e Paso de los Libres, foram identificados alguns casos de tráfico de pessoas de diferentes nacionalidades, que entraram em Uruguaiana, entre as quais vários senegaleses. Essas pessoas, geralmente, têm destinos variados, sobretudo, os chineses identificados, que seriam levados para São Paulo. Já em sentido contrário, há a passagem de mulheres para o município argentino para a atividade de prostituição.

Ainda sobre a temática, no geral, os participantes citaram que argentinos têm questionado a presença das Forças Armadas na área, porque muitas vezes não se sabe, na faixa de fronteira, o que é Brasil, Argentina ou Uruguai. Na mesma linha, o grupo defendeu que houvesse “uma presença maior do poder público”. Ou seja, a percepção entre os presentes era que, apesar de haver integração entre as populações do entorno, o mesmo não ocorre em relação à presença do Estado.

Apesar de o tema integração aparecer por várias vezes ao longo do debate, especificamente sobre os acordos firmados no Mercosul, surgiu uma dúvida a respeito da falta de compatibilidade de documentação de carros apreendidos (no caso, de veículos argentinos apreendidos no Brasil). Isso poderia ser resolvido com a placa do Mercosul, em implementação no Uruguai, mas ainda um processo incipiente no Brasil. Para os participantes, no geral, há muitas dificuldades nos acordos do Mercosul, que acabam não sendo efetivados. Foi citado o exemplo do Protocolo

de Cooperação Judicial do Mercosul, que tem mais de vinte anos e “é tão ineficaz que os juízes sequer sabem que ele existe”. Nesse protocolo há dispositivos que poderiam tornar os procedimentos mais rápidos quanto a tratados entre o judiciário dos países envolvidos. “Já o acordo de cooperação penal com a Argentina ainda está sendo tratado”.

O Mercosul precisa melhorar nesse ponto e contribuir efetivamente para a integração regional, visto que isso ainda não foi alcançado. “A ideia inicial era muito boa, mas não funcionou”. Houve uma proposta de criação da carteira de trânsito que seria utilizada como documento oficial dos moradores da fronteira, de modo a tornar mais ágil o trânsito de pedestres e veículos identificados.

Sobre o Mercosul, no geral, os participantes defenderam que as regras são difusas e pouco operativas. E sobre as dificuldades e problemáticas fronteiriças, concluíram que isso ocorre porque os governos centrais não enxergam as reais necessidades da fronteira.

QUADRO 3
Arco Sul: quadro-síntese do grupo C (22 e 23 nov./2017)

A	Contextualização	Resposta
1	Como o grupo vê a faixa de fronteira?	<p>Houve divergência no grupo quanto a essa visão da faixa. Não parece boa, porque entrava o desenvolvimento. Espaço próprio para integração dos territórios, aproximação e compartilhamento de ações entre os países. Hibridismo cultural. As ações do poder público não são efetivas, bem como as políticas e os projetos não são duradouros. Arcabouço burocrático diferenciado em cada ponto da fronteira.</p>
2	O grupo considera adequada a largura de 150 km de faixa de fronteira no arco Sul? Por que?	<p>Deveria ter sido revogada, porque não trouxe benefício algum para a sociedade. Pode permanecer uma linha fronteira como um ponto de limite entre os países e como medida de segurança, mas não como um espaço com abrangência que dificulte ações em áreas prioritárias, como saúde e educação. Por questões de segurança nacional, entretanto, a largura pode permanecer com outro formato, que viria possivelmente por meio da reavaliação da legislação nacional.</p>
B	Avaliação: como o grupo avalia as políticas públicas e as ações implementadas especificamente na faixa de fronteira?	Ações recomendadas
<p><i>Gestão ambiental</i> A parte ambiental é abandonada na região.</p>	<p>Criação de um Corredor Biológico Trinacional. Estudos de ONGs já dão subsídios. Compartilhamento de práticas tal como na Amazônia.</p>	<p>Encaminhamento Ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Ao Ministério das Relações Exteriores. Setores ambientais dos países vizinhos. As ONGs.</p>
Deficiência de estudos científicos sobre a pesca no período da piracema (Brasil e Argentina).	<p>Consenso entre os países sobre o melhor momento para liberação da pesca. Liberação da pesca com uso dos estudos e mediante pressão sobre o órgão de fiscalização.</p>	<p>Ao Ibama. Ao Ministério das Relações Exteriores. Aos departamentos e setores ambientais dos estados e municípios fronteiriços.</p>
Falta proibição da pesca de determinadas espécies (períodos) nos diferentes países que dividem o mesmo rio (legislações diferentes).	<p>Liberação da pesca de espécies proibidas há mais de dez anos. Levantamento de dados e realização de pesquisas para que se possa efetuar a liberação. Unificar legislações dos países sobre o tema.</p>	<p>Ao Ibama. Ao Ministério das Relações Exteriores. Aos departamentos e setores ambientais dos estados e municípios fronteiriços.</p>

(Continua)

(Continuação)

Sistema de aviso prévio de áreas vulneráveis a fenômenos emergenciais (furacões, terremotos etc.).	Criação de sistema de alerta integrado para a prevenção de desastres.	Aos ministérios das Minas e Energia; e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação.
Falta maior valorização e fortalecimento dos comitês de bacias pelos governos nacionais e respeito às zonas de <i>amortiguación</i> . ¹	Maior incentivo dos governos. Revisão de legislação que não define quais zonas podem ou não ser utilizadas. Por exemplo, bacia da Lagoa Mirim. Redução de resíduos químicos/tóxicos na água.	Ao Ministério das Relações Exteriores.
Deixar de importar todos os componentes tecnológico, a exemplo da extração de petróleo.	Terreproduzir parte da produção localmente, próxima de vizinhos. Por exemplo, o Brasil cooperando com o Uruguai.	Aos ministérios das Minas e Energia; e da Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação.
Problemas de mobilidade na fronteira: reduzidas possibilidades de transporte público.	Desenvolvimento de portos, aeroportos, ferrovias e hidrovias (multimodal).	Ao Ministério da Infraestrutura.
Dificuldade de estabelecer acordos de gestão de rios e lagos compartilhados.	Priorizar acordos com todos que compartilham de águas internacionais. Realizar os acordos antes da implementação de ações que impactam os rios e lagos. Renovação dos acordos existentes.	Ao Ibama.
Não há consenso sobre quais agrotóxicos podem ou não ser utilizados em cada país.	Unificar o uso de agrotóxicos (liberação versus proibição) nos plantios de arroz (caso da região). Menos entraves à agricultura local. Rever a importação de produtos de locais que utilizem agrotóxicos que são proibidos no Brasil.	À Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
Descontinuidade de políticas ambientais.	Manutenção das políticas para benefícios da população e de estrangeiros. Redução da burocracia.	Ao Ibama. Ao Ministério das Relações Exteriores. Aos governos dos estados e municípios fronteiriços.
<i>Defesa e segurança</i> Esvaziamento dos quadros da polícia.	Política de retenção de quadros na fronteira. Melhoria da segurança nas fronteiras, inclusive em nível de cooperação em inteligência internacional e de polícia. Por exemplo, Brasil - Uruguai.	Aos ministérios da Justiça e Segurança Pública, e da Defesa.

(Continua)

(Continuação)

<p>Necessidade de maior integração dos entes federados na questão da segurança.</p>	<p>Estabelecer responsabilidades e atribuições de cada ente federado. Assegurar a segurança pública como um dever de todos e não somente de um ou outro ente.</p>	<p>Ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Aos departamentos estaduais e municipais de segurança pública.</p>
<p>Decisões de segurança centralizadas.</p>	<p>Definir ações acordadas as necessidades e dinâmicas locais e regionais.</p>	<p>Aos departamentos estaduais e municipais de segurança pública.</p>
<p><i>Povos e migração</i> Dificuldade no processo de reconhecimento de títulos.</p>	<p>Diminuir os trâmites para homologação de títulos escolares e acadêmicos. Ampliar/criar núcleo curricular básico comum e títulos a serem válidos em todos os países partícipes. Aceitação da grade curricular nas universidades. Aproveitar a mão de obra qualificada e facilitar a circulação de profissionais entre os países. Criar e implementar mecanismos que facilitem a liberação de cargas na fronteira. Compatibilizar instrumentos para a mobilidade da população fronteiriça Brasil-Argentina. Repensar o tratamento demandado aos brasileiros fronteiriços na fronteira argentina. Inclusão produtiva do migrante.</p>	<p>Aos ministérios da Educação, e das Relações Exteriores. À RBF e PF.</p>
<p>Tráfego de pessoas e contrabando de migrantes na fronteira.</p>	<p>As polícias não compartilham informações. Criar instrumentos de maior prevenção a esses crimes.</p>	<p>Aos ministérios da Justiça e Segurança Pública, Defesa, e do Desenvolvimento Regional – trabalho a ser realizado em parceria com estados, municípios e países vizinhos.</p>
<p>Programas e projetos sem continuidade, a exemplo do PEIF, na área de educação.</p>	<p>Continuidade dos programas importantes para ampliar e fortalecer os laços culturais e de amizade entre os países vizinhos. Ampliar os programas de educação, ciência e tecnologia e de segurança em nível de política de Estado.</p>	<p>Ao Ministério da Educação.</p>
<p><i>Mecanismos institucionais</i> Proposta de projetos de extensão das universidades.</p>	<p>Devem ser colocadas em prática as iniciativas que, hoje, já existem em teoria.</p>	<p>Aos ministérios da Educação, e das Relações Exteriores.</p>
<p>Criação de uma agenda positiva de ações na fronteira.</p>	<p>Como subsídio para a criação de políticas públicas específicas para atender às demandas fronteiriças.</p>	<p>Aos ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação; da Educação; do Desenvolvimento Regional; da Economia; das Relações Exteriores; da Saúde; do Trabalho; e do Turismo. Aos governos dos estados e municípios fronteiriços do arco Sul</p>

(Continua)

(Continuação)

<p>O projeto da carteira vicinal, documento único de política de livre trânsito, não foi à frente.</p> <p>Criar a carteira de identidade brasileira.</p>	<p>Criação de um documento para o cidadão trinacional específico por cidades (estatuto transnacional).</p> <p>Agilidade em trâmites de serviços como saúde.</p> <p>Facilitar a entrada com carteira de motorista.</p> <p>Diminuir a burocracia e ampliar as possibilidades de entrada com menos entraves.</p> <p>Fazer o controle e colocar em prática (implementar) os acordos, definindo como realizar em nível local o acordo assinado em nível nacional.</p> <p>Promover atendimento transnacional.</p>	<p>Ao Ministério das Relações Exteriores.</p> <p>Aos governos e representações dos municípios fronteiriços do arco Sul.</p>
<p>Ampliação das ações dos núcleos de integração regional da faixa de fronteira.</p>	<p>Repensar a legislação com vistas a dinamizar o desenvolvimento.</p>	<p>Aos governos dos estados fronteiriços do arco Sul.</p>
<p>Emissão de declaração de nascido vivo por brasileiros nascidos no exterior.</p>	<p>Facilitação do registro dos nascidos em outro país.</p> <p>Maior controle dos registros por parte do Estado e mais direitos aos beneficiados.</p>	<p>Ao Ministério das Relações Exteriores.</p>
<p>Cooperação em matéria penal.</p>	<p>Criação e implementação de instrumentos que visem compatibilizar as ações entre os países.</p>	<p>Aos ministérios: das Relações Exteriores; e da Justiça e Segurança Pública.</p>
<p>Protocolo de Cooperação Judicial.</p>	<p>Efetivar o protocolo que já existe há mais de vinte anos.</p> <p>Resolução de conflitos mediante arbitragem/mediação internacional.</p>	<p>Aos ministérios das Relações Exteriores; e da Justiça e Segurança Pública.</p>
<p>Incluir entes internacionais nos consórcios (por exemplo, saúde, mobilidade, meio ambiente).</p>	<p>Ampliar ou criar o amparo legal aos entes.</p> <p>Melhorar a gestão de redes transnacionais. Por exemplo, da área da saúde.</p>	<p>Aos ministérios das Relações Exteriores; da Saúde; do Trabalho; e do Turismo.</p>
<p>A área de controle integrado não funciona.</p>	<p>Integração das aduanas.</p> <p>Realização de somente uma checagem migratória.</p>	<p>À RFB.</p>
<p><i>Mercosul</i> Respeito às regras do Mercosul.</p>	<p>Reciprocidade nos acordos estabelecidos.</p> <p>Facilitação de trocas. Por exemplo, no comércio.</p>	<p>À Câmara do Mercosul.</p>
<p>Mercosul social.</p>	<p>Incentivar a integração, por meio de medidas que facilitem a circulação e que consigam que se realizem as políticas já propostas. Por exemplo: as placas de carro aprovadas no Mercosul, que Uruguai e Argentina já utilizam, mas o Brasil ainda não totalmente.</p>	<p>À Câmara do Mercosul.</p>
<p>Representação do Mercosul em âmbito local.</p>	<p>Resolução de questões relativas à integração de forma descentralizada.</p>	<p>À Câmara do Mercosul.</p>

(Continua)

(Continuação)

C	Desafios: quais são os principais desafios do arco Sul?	Ações recomendadas	Encaminhamento
Largura da faixa de fronteira e defasagem da legislação, diante da dinâmica da região.	Mudar a concepção da faixa de fronteira, de uma área de segurança e defesa para uma área de políticas sociais e facilidade de mobilidade entre os povos da região. Elaborar uma legislação que amplie as possibilidades de desenvolvimento da região. Reduzir a largura da faixa de fronteira.	Aos ministérios da Defesa; do Desenvolvimento Regional; da Justiça e Segurança Pública; e das Relações Exteriores. Aos governos dos estados e municípios fronteiriços brasileiros.	
Escolas bilíngues de fronteira.	Inclusão do tema da faixa de fronteira na área de educação. Faixa de fronteira como o início de um trabalho de desenvolvimento bilíngue que poderá abranger todo o país.	Ao Ministério da Educação.	
Integração e segurança se contrapõem.	Criar mecanismos de ampliação da integração de serviços fronteiriços e de estreitamento de ações conjuntas na área de segurança, como as de inteligência e investigação.	Aos ministérios da Defesa; da Justiça e Segurança Pública; e do Desenvolvimento Regional.	
Participação dos níveis subnacionais em instituições de governo.	Ampliar os fóruns em que esses entes possam mostrar as reais necessidades locais e regionais na construção de políticas públicas e ações nas áreas de fronteira.	Aos governos estaduais e municípios fronteiriços do arco Sul.	
O Mercosul se tornou refém das grandes empresas transnacionais (facilitação da questão comercial sem retorno em âmbito social).	Implementar ações da demanda social do bloco.	A Câmara do Mercosul.	
Prestação e ampliação do acesso a serviços essenciais oferecidos pelo país vizinho.	Implementar instrumentos e ações que facilitem os trâmites para viabilizar o uso dos serviços.	Aos ministérios do Desenvolvimento Regional, da Educação; das Relações Exteriores; da Saúde; e do Trabalho. Aos governos dos estados fronteiriços do arco Sul.	

(Continua)

(Continuação)

D	Oportunidades: quais as principais oportunidades do arco Sul?	Ações recomendadas	Encaminhamento
A criação de <i>free shops</i> vai ampliar o turismo nas cidades fronteiriças.	A criação de <i>free shops</i> vai ampliar o turismo nas cidades fronteiriças.	Plano de desenvolvimento urbano para atender ao excedente de população que vai ser recebida para as compras.	Aos ministérios do Desenvolvimento Regional; das Relações Exteriores; do Trabalho; e do Turismo. Aos governos dos estados fronteiriços do arco Sul.
A ampliação do parque de energia renovável (eólica) vai possibilitar a ampliação do parque industrial dos municípios fronteiriços.	A ampliação do parque de energia renovável (eólica) vai possibilitar a ampliação do parque industrial dos municípios fronteiriços.	Desenvolvimento de plano de crescimento das cidades, inclusive dos municípios estrangeiros que serão beneficiados com a ampliação do parque energético (Plano Diretor).	Aos governos dos estados fronteiriços.
Implementar os potenciais turísticos das cidades de fronteira.	Implementar os potenciais turísticos das cidades de fronteira.	Criação de roteiros específicos que abarquem os respectivos países fronteiriços.	Ao Ministério do Turismo. Aos governos dos estados e municípios fronteiriços do arco Sul.

Fonte: Grupo C.

Elaboração: Equipe Fronteiras Ipea.

Nota: ¹ Zonas de amortiguamiento ou *amortiguación* são as áreas adjacentes aos limites de áreas naturais protegidas que conformam espaços de transição entre as zonas protegidas e seu entorno. São estabelecidas para minimizar as repercussões das atividades humanas que se realizam nos territórios imediatos às zonas protegidas. Zonas amortiguadoras, por definição, são zonas externas e circunvizinhas a áreas protegidas, que têm regime de uso e manejo diferente, por isso não se pode considerar ampliadas às áreas de *amortiguación* as restrições que existem no interior das áreas protegidas. A delimitação das zonas amortiguadoras é resultado de uma ação concertada entre os diferentes agentes com interesses no ordenamento do território. Disponível em: <http://www.parquesnacionales.gov.co/portal/wp-content/uploads/2014/08/Anexo-3-PNN-2008-Manual-delimita_zonifica_ZA.pdf>.

PLENÁRIA E DELIBERAÇÕES FINAIS

A sessão plenária da oficina de trabalho do arco Sul constituiu-se na apresentação pelos relatores, representantes indicados pelos seus respectivos grupos, das sínteses dos debates e discussões referentes às questões propostas. Após cada apresentação, foi aberto espaço para considerações dos participantes dos demais grupos e em seguida as propostas foram submetidas à aprovação da plenária.

Bolívar Pêgo (Ipea – moderador)

Gostaria de convidar os relatores para o início da sessão plenária. Cada relator se apresenta, apresenta o grupo, expõe os resultados dos trabalhos e abre a palavra para alguém que possa complementar. Esse modelo se repetirá para os três grupos e ao final o debate será aberto a todos os participantes para alguma referência, sugestão ou recomendação ao grupo.

GRUPO A – ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Flavio Berté (NFSC – relator)

Nosso grupo foi privilegiado porque contou com representantes da Argentina, do Uruguai e do Brasil, então a discussão ficou bem contextualizada. Como vemos a faixa de fronteira? A faixa é uma figura jurídica que está na Constituição Federal, nem todos os países têm. A ideia original era formalizar uma área tampão de segurança do território, e essa ideia dificilmente cairá por terra; ao contrário,

pelo entendimento do grupo, parece que cada vez está mais forte. Ela, porém, deveria ser uma área privilegiada de desenvolvimento e não restritiva. De qualquer maneira, a faixa de fronteira faz sentido na escala do Estado, que deve manejar a sua soberania e compartilhar devidamente as peculiaridades e os processos. Para o grupo, a faixa de fronteira é um território que deve ser um espaço geográfico sem limites, comunitário, com abertura para participação e inclusão de jovens, universidades e atores locais (políticos, professores, toda a comunidade) a fim de produzir conhecimento, transformação. Quanto à definição, a fronteira é um lugar que deveria ser pensado além do limite político para se tornar um ambiente comum, como unidade.

Sobre a adequação da largura de 150 km da faixa de fronteira no arco Sul, o grupo considerou que a questão é problemática para o desenvolvimento regional devido a vários impedimentos consequentes à delimitação dessa largura. O que ocorre é que as críticas quase sempre são feitas a partir das cidades, colocando a região como vítima. Essa área de 150 km às vezes pega apenas parte dos municípios, e muitas vezes eles se valem dessa condição e se beneficiam com programas próprios da faixa justamente por serem mais desenvolvidos, ou serem um polo de desenvolvimento, e isso se dá em detrimento de outros municípios que estão vivenciando as carências peculiares da região. A proposta do grupo é que sejam mantidos os 150 km apenas para as cidades limítrofes, com políticas diferentes para os diversos tipos de municípios. Outra proposta é que deveria haver uma zona de fronteira binacional, contemplando os países vizinhos; uma zona de fronteira integrada, de forma que os atores locais pudessem estabelecer seus trabalhos, seus acordos locais e todas as relações de integração. Nos espaços fronteiriços deve-se observar que há, no acordo do Mercosul, a possibilidade de viabilizar acordos locais, entre os países vizinhos, mas não existe exigência de que haja a delimitação de uma faixa de fronteira, do ponto de vista considerado pelo grupo.

Na avaliação feita, o grupo considerou que as políticas públicas implementadas especificamente na faixa de fronteira são importantes, estão presentes e viabilizam oportunidades, mas devem ser contínuas. Quais são as ações recomendadas para isso? Trabalhar para que haja comprometimento dos três setores (público, privado e sociedade civil), utilizando, por exemplo, parceiros como Sebrae, Senac, universidades e outras instituições do território. O encaminhamento dessa ação deve se dar por meio de consórcios públicos internacionais de gestão do território, com a perspectiva de formação e capacitação para projetos de atração de recursos.

Outra avaliação das políticas públicas é que atualmente elas são centralizadas e nacionalistas, mas deveriam perceber mais as características territoriais (locais e regionais). As ações recomendadas para isso foram estabelecer uma política de desenvolvimento que pense a fronteira como uma zona comum, para integrar os

dois ou três lados, e que essa política considere as realidades e sociedades locais, de modo que torne o território fruto de uma coletividade articulada e de seus projetos. O encaminhamento seria a implementação de um estatuto da zona de fronteira, que possibilite a negociação entre os parceiros para articulação e financiamento das necessidades locais, em um processo descentralizado.

Ainda com relação à avaliação das políticas públicas, o grupo avaliou que existem várias políticas brasileiras importantes, que proporcionaram muitas trocas na fronteira, como as escolas bilíngues, institutos federais com possibilidade de participação de alunos uruguaios – oferta, no entanto, sem garantia de continuidade, para a qual já se prevê a dificuldade de repasse de recursos. A ação recomendada foi promover um alinhamento de órgãos e entidades que atuam na linha de fronteira, de forma integrada e permanente, para que todos possam falar a mesma linguagem, ter os mesmos projetos, ter o mesmo nível de conhecimento. Há muitas frentes trabalhando e com várias ações para a faixa: as universidades, por exemplo, poderiam incorporar os projetos de desenvolvimento regional como prioridade, o que minimizaria a descontinuidades das políticas, quando das mudanças de governo. O encaminhamento seria a instalação dos comitês binacionais setoriais de fronteira, de caráter consultivo e propositivo. Deveria haver, também, financiamento específico para fomentar a pesquisa e as ações na fronteira.

Foi observada, também, a falta de processos de avaliação e validação dessas políticas. A ação recomendada foi a criação desses processos, e o encaminhamento sugerido, a realização de fóruns consultivos e deliberativos por meio da representatividade dos três setores (público, privado e sociedade civil ou terceiro setor) da zona integrada de fronteira.

Entre os principais desafios em relação ao arco Sul, o grupo destacou a falta de geração de emprego. As ações recomendadas foram reunir condições de formação e capacitação de profissionais e a inserção de empresas que possam atuar na linha de fronteira de forma mais integrada. Como encaminhamento, foi apontada a constituição de aportes financeiros para a construção de equipes interdisciplinares, fundamentalmente para a produção de planos de desenvolvimento para a área de fronteira, por arcos, cidades gêmeas, consórcios etc. Seria muito importante ajudar os municípios que vivem em situação de carência quanto a projetos e sem capacidade de gestão técnica, e essas equipes interdisciplinares, assim como a presença das universidades, podem capitanear e potencializar esse processo de gestão integrada.

Outro desafio é em relação ao atendimento alfandegário para o cidadão fronteiriço. O ideal seria substituir a segurança nacional e a segurança pública por seguranças locais, o que reforçaria a identidade das pessoas que vivem nesse território. A ação recomendada seria a criação do cartão de identidade do transfronteiriço e o sistema de identificação integrada do Mercosul, pois isso facilitaria a locomoção e

a conferência de documentos e de registros aduaneiros de forma prática e rápida, evitando as filas e facilitando a vida dos fronteiriços.

Mais um desafio apresentado pelo grupo foi a falta de custeio dos serviços de saúde para os municípios fronteiriços brasileiros. A ação indicada nesse caso seria a formulação de políticas de saúde integradas que contemplem a população em movimento transitório na fronteira, que normalmente já enfrenta dificuldades em função da situação geográfica. Os encaminhamentos envolvem a definição de acordos de cooperação e políticas de custeio para ações de saúde pública na faixa de fronteira.

Reverter a visão negativa da fronteira é outro desafio importante para o arco Sul. O Observatório da Fronteira, de âmbito nacional, retrata apenas aspectos negativos na questão da segurança. De fato, difunde-se uma imagem negativa, que leva à ideia de que se trata de um lugar ruim para se viver, quando não é verdade. A ação recomendada é divulgar os pontos positivos, mostrando as potencialidades e realizações da localização fronteiriça. Como encaminhamento, o grupo apontou a utilização de ferramentas de difusão, por meio do governo federal, do Mercosul, que trabalhem a questão da fronteira.

Entre as oportunidades que os participantes destacaram em relação ao arco Sul está sua riqueza cultural. O recomendado seria identificar processos já existentes e fomentar a geração de renda ligada à cultura, ao turismo etc., potencializando toda a riqueza que há no território. Os encaminhamentos seriam criação de editais de fomento a festivais de cinema, teatro, feiras do livro, gastronomia, música e carnaval; reconhecimento do “portunhol”; e entretenimento e incentivo a todas as ações que acontecem de forma integrada na fronteira.

Outra oportunidade levantada pelo grupo está nos exemplos de convivência pacífica, consolidada em um mundo de tantas fronteiras conflitantes. A integração dos povos no território é uma característica importante vivida pelo arco Sul. As ações recomendadas sugerem valorizar a cultura fronteiriça nas escolas, divulgar a existência das cidades gêmeas da fronteira e incentivar ações integradas, como os parques binacionais/trinacionais etc., ocupando todos os espaços do território. Como encaminhamento propôs-se dar visibilidade a esses processos de integração, a fim de estimular cada vez mais a população.

A oportunidade que representa a bacia hidrográfica que integra o arco Sul também foi lembrada pelo grupo. Como ação recomendada, foi sugerido fomentar a conservação e utilização das hidrovias, sendo o fortalecimento dos comitês de bacias hidrográficas o encaminhamento apontado. Outra oportunidade mencionada foi a existência de infraestrutura e logística aeroportuária, rodoviária e ferroviária. A ação recomendada foi a modernização, ampliação e bi/trinacionalização dessa

infraestrutura. O encaminhamento para isso seria desenvolver ações integradas do governo brasileiro (Infraero, segunda ponte de Uruguiana etc.).

A riqueza do arco é tão grande que foi possível apontar, ainda, uma quinta oportunidade, que é sua densidade institucional. São 418 municípios no território, com um número elevado de instituições de ensino superior, o que garante a qualificação da gestão. As ações recomendadas são o fortalecimento das instituições ligadas ao desenvolvimento regional, para poder potencializar esse processo de transformação. Como encaminhamento, propôs-se a construção de um plano estratégico de fronteira e um catálogo de boas práticas para soluções fronteiriças já implementadas. Muito obrigado.

GRUPO B – GESTÃO URBANA



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Fernando Alonso (vereador por Barra do Quaraí – relator)

A primeira questão debatida foi como o grupo vê a faixa de fronteira. Foram citadas várias situações, mas não se teve uma única visão bem objetiva. Vemos a faixa de fronteira como um espaço de interação e integração; como um espaço de convivência de culturas, mas ao mesmo tempo um espaço com muita burocracia, muita dificuldade na parte institucional.

O grupo observou a ausência do Estado brasileiro na região, que é quem teria poder de decisão em territórios fronteiriços. Não foi considerada adequada a largura de 150 km da faixa de fronteira para o arco Sul. Sobre isso, foi unanimidade que a legislação está defasada e é limitante ao desenvolvimento de atividades nessa extensão. Portanto, no nosso entendimento, a largura da faixa deve ser reduzida

ao limite de linha de fronteira, e ficar verdadeiramente voltada à implementação de políticas públicas. O grupo entendeu que as verdadeiras cidades de fronteira são aquelas que realmente têm seu território fazendo fronteira, e que devem ser tratadas com políticas públicas específicas para elas. Como foi falado anteriormente, a largura de 150 km de faixa vem de um momento em que se pensava na defesa e proteção do território, mas hoje não se vive mais essa situação.

Na questão sobre como o grupo avaliou as políticas públicas e as ações implementadas, cada item sugerido foi debatido separadamente. Na gestão urbana, os integrantes destacaram o compartilhamento de algumas políticas públicas, de algumas ações em nível local. São poucas as ações possíveis de se replicar, e a maioria delas se dá na forma da “boa vizinhança”, sem amparo legal. Ratificando isso, o grupo afirmou em seguida que a dificuldade do compartilhamento de ações se deve ao temor de represálias. Qualquer denúncia em relação a algum compromisso legal obriga os gestores a responderem judicialmente; e por mais que a ação tenha sido realizada com boa intenção, por não ter o amparo da lei, são criadas dificuldades para o gestor.

O grupo apontou que a política pública das fronteiras é decidida e formulada de modo muito centralizado, sem a participação efetiva dos municípios fronteiriços. Além de centralizadas, as decisões são tomadas fora do contexto geográfico da fronteira, nos gabinetes em Brasília, em Buenos Aires, em Montevideú, em Porto Alegre. Outro aspecto importante que foi mencionado é que as demandas das comunidades da região raramente são ouvidas, como o Ipea fez neste estudo, sendo que isso é o que deveria acontecer sempre.

Como ação para essas questões, os participantes do grupo recomendaram uma maior atuação dos comitês de fronteira. Por exemplo, o comitê de fronteira de Uruguaiana, apesar de ser atuante, não prospera. Os comitês têm a importante função de levar as demandas locais para os governos centrais; desse modo, o grupo citou a necessidade de implantação de uma infraestrutura de fronteiras, assim como de ampliação do meio formal de discussão e participação das comunidades, ou seja, de trazer as comunidades de fronteira para os debates que lhes dizem respeito. Mais que isso, foi observada unanimemente a importância de se colocar em prática as propostas e as soluções extraídas nas reuniões, uma vez que, em geral, as reuniões acontecem, e os problemas não são resolvidos, não são dados os encaminhamentos necessários.

O grupo relatou problemas na relação entre algumas instituições. Os consulados não se dão e não participam de atividades e reuniões locais, o governo também não reconhece certas ações e atividades que são tão importantes para a comunidade fronteiriça. O grupo propôs manter abertos os consulados e/ou vice-consulados em cidades de fronteira, entendendo que é essencial ter um

consulado em todas as cidades. Aqui, em Uruguiana, tem o consulado da Argentina, o do Uruguai fica em Quaraí. Para ir ao consulado brasileiro no Uruguai, as pessoas de Barra do Quaraí têm que percorrer mais de 150 km. O grupo entendeu, então, que é preciso reativar os consulados que foram desativados e manter aqueles que estão funcionando.

Uma proposta feita pelo grupo foi a elaboração de um plano de desenvolvimento, de âmbito nacional, integrando a fronteira, conforme a localização. Quando se está tratando do arco Sul, há locais que fazem fronteira com a Argentina, com o Uruguai e outros que fazem fronteira tríplice. Como encaminhamento sobre esse plano, o grupo recomendou que a proposta seja remetida ao governo federal, à maioria dos ministérios e, também, aos governos estaduais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Quanto à saúde, o grupo entendeu a necessidade de reconhecimento da prestação de serviços pelo país vizinho e o ressarcimento pelo serviço prestado ao cidadão estrangeiro. Tanto no caso do cidadão brasileiro que for atendido no Uruguai ou na Argentina quanto o oposto, é preciso que isso seja reconhecido pelo governo federal e pelo Ministério da Saúde e que haja um cofinanciamento para a prestação desse serviço. Quando o hospital de Bella Unión, por exemplo, prestar serviço a um cidadão brasileiro, que o Ministério da Saúde reconheça que houve uma despesa e repasse o valor gasto com o atendimento ao hospital. Assim, os integrantes do grupo propuseram efetivar práticas de ressarcimento para a rede hospitalar e unidades básicas de saúde, nos casos de prestação de atendimento ao cidadão do país vizinho.

Há outros problemas de vigilância sanitária e de saúde na fronteira. Entre várias doenças, uma que preocupa muito a comunidade é a leishmaniose, que, embora já tenha provocado alguns casos de óbito, permanece um pouco negligenciada. Em Barra do Quaraí há uma ação mais firme: estão sendo feitos uns testes rápidos para detectar se existe ou não a possibilidade de se ter a doença. Em alguns lugares, a incidência varia de 20% a 30%, o que é um índice elevado. De cada dez cachorros, que são os hospedeiros naturais, em entre dois e três o resultado estava dando positivo. Inclusive no Uruguai há informações de que estava acontecendo uma epidemia. Então, o entendimento do grupo foi que as questões de vigilância sanitária e de saúde devem ser tratadas de forma integrada.

Também foi apontada a dificuldade de atuação dos médicos uruguaios e argentinos em território brasileiro por falta de reconhecimento do registro profissional. Os participantes reiteraram as dificuldades que já foram observadas pelo grupo anterior, sobre registros de crianças nascidas no país vizinho, dada a inexistência do atendimento na própria cidade. Quando a cidade não oferece o

serviço de parto, o cidadão tem que recorrer às vezes ao país vizinho, mas, no Brasil, há dificuldade para a obtenção do documento de identificação.

Para os problemas identificados na área de saúde, levantou-se a possibilidade de um registro especial para a atuação de médicos na cidade gêmea nos moldes do Programa Mais Médicos. Em Barra do Quaraí existem médicos uruguaios contratados, que prestam atendimento. O Ministério Público Federal reconhece que o serviço é legal e pode ser prestado, mas o número do registro profissional desses médicos não é reconhecido pelo sindicato dos médicos do Brasil; eles não são reconhecidos em território nacional como profissionais de saúde. O grupo entendeu, então, que o procedimento adequado deve ser semelhante ao que se fez no Programa Mais Médicos, isto é, que seja concedido um registro especial para médicos de estados que fazem fronteira. Atualmente, para um médico atender um paciente, elaborar uma prescrição, ele deve ser da unidade brasileira ou do Programa Mais Médicos, que está implantado aqui. É um problema que tem que se resolver.

Além da necessidade da prática de ressarcimento para a rede hospitalar e a unidade básica de saúde que atenda ao cidadão estrangeiro, o grupo também reforçou a busca de solução para o impedimento de registros de nascidos vivos em outros países, para evitar sub-registros nas estatísticas nacionais e garantir direitos trabalhistas a mães e pais. Facilitar o trânsito para o traslado de corpos entre as cidades, quando os óbitos não decorrem de problemas sérios, também foi destacado.

Na educação foi identificado um problema no intercâmbio que as atividades do setor exigem, recursos escassos e a ausência de cursos integrados em níveis técnico e superior. O grupo solicitou que fosse rediscutido o problema da incompatibilidade entre os países, no âmbito do PEIF; além disso, que o programa fosse expandido para outras cidades de fronteira; e também que fossem oferecidos cursos bi e trinacionais pelas universidades e institutos federais e cursos de formação superior com especialização voltada aos estudos fronteiriços.

Sobre mobilidade urbana, foi discutido o problema da ponte de Uruguaiana, com a permanência de caminhões sobre ela, aguardando a liberação de entrada. O grupo entendeu que são necessárias ações de revitalização da ponte entre Uruguaiana e Paso de los Libres, além da construção de uma nova ponte para a passagem só de caminhões. O grupo também destacou, primeiro, a importância de se apoiar a construção da ponte de Bella Unión e Monte Caseros, para facilitar a integração e a mobilidade nessa região da fronteira, e, segundo, da duplicação da BR-090, trecho Uruguaiana e Porto Alegre, que já é um compromisso assinado com o Mercosul, mas que não foi cumprido até agora. Foi sugerida, ainda, a reconstrução da BR-402 do lado de Uruguaiana, com a construção da ponte sobre o rio Ibicuí, para conexão entre Uruguaiana-Itaqui.

Outra preocupação e recomendação do grupo foi criar condições de igualdade quanto à acessibilidade de pessoas com necessidades especiais em países vizinhos, tanto no Brasil, no Uruguai e na Argentina. Quanto ao saneamento, o grupo afirmou que o tratamento do esgoto é quase inexistente. Então, defenderam a implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgoto e que houvesse recursos para a construção de aterros sanitários em consórcios com outros municípios fronteiriços. Na gestão da água, foi abordada a questão da piracema, da liberação da pesca do dourado para os brasileiros, que atualmente é proibida aqui, enquanto no Uruguai e na Argentina não é. Como recomendações o grupo apontou ações para uma unificação da legislação da pesca do dourado, contemplando os dois lados do rio, e a unificação das datas de piracema.

O grupo debateu também os problemas na captação de água, o despejo de veneno nos arrozais e o assoreamento de cursos d'água. Como o Brasil não integra o CARU, então a proposta para enfrentamento desses problemas seria o ingresso do país nesse conselho que trata do limite do rio Uruguai, não só na foz, ali na fronteira Uruguai e Argentina, como também no Brasil, onde o rio tem a sua maior extensão.

No turismo, existe um grande potencial para a pesca esportiva e o turismo aquático em geral, e também para o turismo histórico e comercial, dada a localização geográfica privilegiada. O grupo entendeu que é fundamental que se passe a olhar a região da fronteira como potencialidade e não como problema. As ações recomendadas são o inventário do patrimônio, a criação de legislação e infraestrutura adequadas aos tipos de turismo da região, o desenvolvimento do turismo histórico, cultural, ambiental, comercial, aquático etc. e a criação de um plano de captação de recursos financeiros para projetos de atividades turísticas, além de atração de recursos humanos para a gestão e promoção das atividades do setor, integrando universidades e institutos federais. O grupo propôs também que sejam criadas unidades de conservação internacionais.

No âmbito dos principais desafios do arco Sul, os componentes do grupo destacaram a largura da faixa de fronteira e a defasagem da legislação, diante da dinâmica da região. A recomendação feita foi que se reduzisse a largura da faixa de fronteira, mudando sua concepção, de área de segurança e defesa para a de área de implantação de políticas públicas específicas e de facilidade de mobilidade entre os povos das fronteiras. Outro desafio lembrado foi resolver os problemas de saúde e educação, com a implementação de políticas específicas para as cidades de fronteira e integração dos países vizinhos.

Para finalizar, entre as principais oportunidades do arco Sul o grupo apontou a localização geográfica privilegiada, e as ações recomendadas foram o desenvolvimento integrado com os países vizinhos e a otimização do turismo histórico, cultural,

ambiental, comercial e aquático, com criação de rotas e circuitos turísticos articulados com os países fronteiriços. Outro grande potencial destacado foi em relação à educação e à cultura, para as quais foi recomendado a implementação de cursos que integrem os três países, o reconhecimento de títulos e a facilidade na circulação de docentes e discentes de todas as idades. Além disso, foi ressaltada a importância da criação de um calendário de eventos e atividades culturais e esportivas que integrem os três países. Muito obrigado.

GRUPO C – DEFESA DO TERRITÓRIO E INTEGRAÇÃO ENTRE OS POVOS



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

José dos Santos de Oliveira (Núcleo de Fronteira do Rio Grande do Sul – relator)

Começaremos com a questão sobre como o grupo vê a faixa de fronteira. Sucintamente, o que se percebe é que essa faixa entrava o movimento. Houve, contudo, divergência de opinião por parte de um dos componentes do grupo. Explicando em conjunto com a segunda questão, que é sobre a largura de 150 km da faixa do arco Sul, eu penso que não dá para detalhar uma questão sem falar da outra. Sobre a largura, que ocorre devido às leis de segurança nacional, o pensamento do grupo foi que essa lei que prevê essa largura deveria ser revogada ou alterada, para passar a permitir o desenvolvimento da região.

Entendemos que a faixa de fronteira deve ser um ponto de limite e de segurança entre os países, mas não um espaço de abrangência, que dificulte as ações das áreas prioritárias, como saúde e educação. Segundo o pensar da maioria dos componentes do grupo, a legislação nacional que determina a extensão da faixa de fronteira deveria ser reavaliada, ou seja, não se tem nada contra os 150 km, mas, sim, contra os efeitos

provocados pelas leis de segurança nacional, que não permitem principalmente a instalação de empresas estrangeiras. Essa é uma das limitações que vêm trancando o desenvolvimento nessa região do estado do Rio Grande do Sul.

No tema ambiental, mais especificamente o da biodiversidade, um ponto relevante é a falta de estudo científico sobre a pesca no período da piracema, no Brasil e Argentina. Essa questão já foi discutida aqui. Parece que, para os peixes, existe uma lei do lado de lá e outra do lado de cá. O período da piracema na Argentina é um e no Brasil é outro. Basta dizer isso. O que se busca é o consenso sobre o melhor momento para a liberação da pesca, com estudos, mediante uma pressão nossa ou de quem for necessário sobre os órgãos de fiscalização. Ou seja, precisamos urgentemente de um estudo aprofundado sobre esse tema, porque, em alguns casos, a proibição da pesca vem sendo prorrogada há muito tempo. Essa pesquisa científica teria que ser bem elaborada, para que nós tenhamos melhores subsídios, principalmente em relação à pesca do dourado, um peixe que ainda é um predador que vem exterminando outras espécies no rio, cuja pesca está proibida há mais de dez anos.

Com relação aos fenômenos da natureza, recomenda-se a implantação de um sistema integrado de aviso prévio para fenômenos emergenciais, enchentes, terremotos etc. Atualmente, nós não temos nem um aviso, não há qualquer prevenção contra desastres. O cuidado máximo que nós temos é aquele trabalho que a defesa civil consegue realizar com o pouco equipamento que tem. Então, muitas coisas que acontecem, muitos desastres, poderiam ser evitados ou minimizados.

Quanto à cooperação internacional do sistema integrado, foi abordada a questão dos comitês de bacia, que deveriam receber maior incentivo dos governos, com especial valorização e fortalecimento por parte do governo federal. São duas situações: os comitês de bacias que são regidos por lei estadual e os rios internacionais, que possuem áreas de *amortiguación*. A Agência Nacional de Águas (ANA) permite que os comitês atuem, mas sem condições efetivas de poder trabalhar melhor essa situação, por falta de fortalecimento institucional entre os governos. O ideal seria a formação de um grupo de pesquisa, reunindo as universidades, para poder firmar melhor essa questão.

O grupo debateu, também, temas como o aquífero Guarani, a extração de petróleo, a pesca nos países vizinhos, que está dentro da rede de proteção, e a cooperação internacional. Recomendou-se deixar de importar tecnologias e unificar a legislação sobre o tema, aproximando a produção local à dos vizinhos (por exemplo, o Brasil em cooperação com o Uruguai), com unificação da legislação entre os países envolvidos. É preciso um trabalho mais aprofundado, envolvendo biologia e a questão ambiental, para estudar melhor o assunto. O aquífero Guarani talvez seja uma das maiores riquezas que temos na região e não tem sido visto com

a importância devida nem para o desenvolvimento, nem para hidrografia, nem para a questão ecológica.

O grupo recomendou reduzir a movimentação de ônibus e ampliar a capacidade das ferrovias, hidrovias unificadas, desenvolvimento de portos e multimodais. A questão da hidropolítica também foi lembrada. Isso tudo está ligado ao acesso, à integração. Nossas possibilidades são limitadas devido a nossa legislação e à falta de integração. Para a convergência de gestão de rios e lagos, deve ser priorizada a realização de acordos com todos os que compartilham das águas internacionais, realizar acordos antes da perda de vegetação, renovar acordos já existentes, ou seja, está tudo dentro da política, tudo dentro da questão ambiental. Ter um conjunto de opções faz com que uma ação não venha a prejudicar as outras questões. Nas bacias, é preciso respeito às zonas de amortecimento.²⁶ A reprodução de resíduos químicos e tóxicos na água, por exemplo, é uma questão que a legislação não define quais podem ou não ser utilizados. O que se está querendo dizer é que há uma dificuldade muito grande porque não existe uma fiscalização completa nessa questão de resíduos. Quem está “em baixo”, a jusante,²⁷ paga pelo que vem “de cima”, a montante. E não é só isso, há também a questão das lavouras, dos resíduos tóxicos, dos compostos químicos. Não há consenso sobre quais agrotóxicos podem ou não ser utilizados no país.

A questão do Corredor Biológico Trinacional também foi discutida. Existem estudos de ONGs que dão subsídios ao compartilhamento da prática de gestão, a exemplo do que é feito na Amazônia, gerando menos entraves à agricultura local. O grupo sugeriu que fosse revista a importação de produtos locais que utilizam agrotóxicos e são proibidos no Brasil, como os que são produzidos no Uruguai utilizando substâncias que nós proibimos aqui. Então, nós proibimos o uso, mas não proibimos a importação e assim acabamos prejudicando os nossos produtores. O problema da descontinuidade de políticas ambientais, a manutenção das políticas para o beneficiamento da população e de estrangeiros e a redução da burocracia são algumas das coisas principais que precisamos cuidar aqui.

Outro ponto que foi conversado e discutido é sobre o esvaziamento dos quadros da polícia. A política de retenção de quadros na fronteira é frágil, então, nós entendemos que, quando se trata de segurança nas fronteiras, inclusive em nível de cooperação e inteligência internacional e de polícia, alguns acordos que já existem entre Brasil e Uruguai devem ser tomados como exemplo. O que nós pensamos não é só questão de foco de contingência, nós precisamos de maior integração.

26. Segundo a Lei nº 9.985/2000, art. 2º, inciso XVIII, “é caracterizada pelo entorno de uma unidade de conservação onde as atividades humanas são sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar impactos negativos sobre a unidade” (Brasil, 2000).

27. A bacia da Lagoa Mirim foi citada como exemplo do quanto se pode estar vulnerável em um quadro de fiscalização ineficiente na utilização de resíduos químicos e tóxicos na água.

Quando se fala de cooperação de inteligência, o pensamento é de que se deve tentar cortar o mal pela raiz: é melhor cuidar para que não haja doença do que curar a doença depois. E, mais, promover a integração dos entes federados na segurança, estabelecer responsabilidade de atribuições de cada ente e compreender a segurança como um dever de todos e não somente como de um ou de outro. Ou seja, não pode ficar sempre o município responsabilizando o estado e este o governo federal. É preciso definir as responsabilidades de cada um e traçar uma agenda positiva de trabalho, para que se faça de forma integrada, dentro de cada responsabilidade, para melhorar as condições nessa área.

Outros problemas citados pelos integrantes do grupo: postos de imigração, dificuldade de processos de reconhecimento de títulos, no caso, a homologação de títulos escolares, acadêmicos, núcleos curriculares básicos, títulos válidos em todos os países partícipes. A aceitação de grades curriculares nas universidades também é uma dificuldade que nós temos. Nós poderíamos ter uma integração bem melhor. Sabemos que unificar é difícil, mas um acordo de integração melhor é possível aproveitando a mão de obra qualificada, facilitando a circulação de profissionais nos países, ou seja, aproveitando da melhor forma o que nós temos de bom nas universidades irmãs, o que nós temos de bom para eles aproveitarem também, para termos um trabalho mais integrado e melhor. Isso está dentro da inclusão produtiva do imigrante.

Sobre o problema do tráfico de pessoas e contrabando de imigrantes: ainda que seja preciso maior prevenção a esses crimes, a polícia não compartilha informações entre si. Não há compartilhamento algum entre as polícias do Brasil e da Argentina, por exemplo. Como não temos um posto de imigração e há mais pessoas passando pela fronteira do que a capacidade de controle oferecida pode dar conta, é fácil entrar no Brasil e mais fácil ainda sair. Essa é uma oportunidade bastante previsível para o tráfico de pessoas.

Outras propostas apresentadas pelo grupo são projetos de extensão nas universidades e agenda positiva de ações na fronteira. Devem ser colocadas em prática as iniciativas que já existem na teoria. Há muita teoria, muitos tratados, muitos acordos, mas a maior parte dessas iniciativas não sai do papel. As universidades às vezes se responsabilizam por ações que, se fôssemos olhar somente pelo lado legal, elas nem poderiam realizar, mas é o que tem ajudado a integrar mais. Os institutos federais também têm feito algumas ações importantes, mesmo, legalmente, não tendo como fazer. É preciso tomar essas iniciativas como exemplo e buscar melhorar tudo isso.

Documento único de política de livre trânsito, a carteira vicinal é um documento para o cidadão trinacional, específico por cidades, estatutos e transnacional. Garante agilidade em trâmites de serviços como saúde aqui em Uruguiana, em Paso de los

Libres e São Borja, cada um no seu espaço. Falta adequar essa possibilidade onde há a fronteira trinacional, para melhorar a condição de trânsito entre os três países. Atualmente, a demora para a expedição de uma carteira dessas é muito grande. A informação que se tem é que às vezes, para sair e retirar, demora três meses ou mais. No entendimento do grupo, se tudo acontecesse a contento, facilitaria até a educação bilíngue, ou seja, com a passagem dos nossos alunos para a Argentina e os da Argentina para cá. Com a carteira vicinal haveria livre acesso e acabaria com toda a burocracia com todos esses entraves que vêm acontecendo.

Também, a carteira de identidade brasileira precisaria ser aceita e permitida a entrada nos países vizinhos com a carteira de motorista. Diminuir a burocracia, ampliar a possibilidade de entrada com menos entraves. É esse problema que precisamos enfrentar, pois a carteira de motorista não serve como documento, basicamente para entrar na Argentina. Quando fui a uma reunião em Buenos Aires tive que tirar a carteira de identidade em 24 horas, pois a minha era antiga e, também, em termos legais, nós tínhamos outras exigências.

Quanto ao núcleo de integração regional da faixa de fronteira, há que se pensar na legislação, dinamizar o desenvolvimento. Ou seja, entende-se, e eu como representante do núcleo de fronteira concordo, que o núcleo ainda não está cumprindo o seu papel, está muito lento em suas ações. As atividades recomeçaram devagar, basicamente do início. Houve inclusão de servidor efetivo do estado, para que a memória do trabalho possibilite que quem venha no próximo governo não tenha que fazer o que se está fazendo agora, isto é, recomeçar novamente todo o processo; para que quem chegue possa continuar em frente. Estamos sempre aprendendo e buscando colaborar mais, por isso é necessário que o núcleo atue mais, se organize melhor.

Cooperação em matéria penal, criação e implementação de instrumentos que visem compatibilizar as ações entre os países: são essas as questões que temos, principalmente no caso dos presos. Há o caso da pessoa que é presa no lado de lá e tem que ser julgada pelo lado de cá; e tem também o caso do preso que está cumprindo pena lá e só vai ser julgado aqui depois que cumprir a pena lá. São todas questões legais causadas pela diferença de legislação. É necessário trabalhar essa falta de intercâmbio na organização dos países.

Emissão de declaração de nascido vivo por brasileiros nascidos no exterior é uma questão que nós precisamos resolver. A facilitação de registro dos nascidos garantiria um maior número de emissões por parte do Estado e mais direitos aos beneficiados. Falamos sobre os nascidos lá e os nascidos aqui, para que possam ter a declaração de nascido vivo, até para não perder os direitos aqui. A cidadã brasileira que ganha bebê na Argentina ou no Uruguai, por exemplo, perde inclusive os direitos sociais no Brasil por não ter a declaração de nascido

vivo. Há, ainda, outras dificuldades, como ter que iniciar um processo para poder trazer a cidadania brasileira. Então, é preciso facilitar os trâmites.

Outro ponto é incluir entes internacionais nos consórcios, ampliar ou criar um amparo legal para os entes e conseguir melhor gestão de redes transnacionais, a exemplo da área de saúde e da questão dos mecanismos institucionais que se está discutindo. O que nós precisamos é ter condições legais para trabalharmos os consórcios, principalmente nas cidades gêmeas. Se nós tivermos, já melhoraria bastante, principalmente sobre os resíduos sólidos. Aqui em Uruguaiana, por exemplo, nós poderíamos trabalhar por meio de consórcios, como foi discutido no grupo.

É importante implementar os acordos do Mercosul, realizando-os em nível local e também em nível nacional, além de promover o entendimento transnacional. A área de controle integrado não funciona, é preciso a integração das aduanas para a realização de uma checagem migratória. Deve-se respeito às regras do Mercosul, à reciprocidade dos acordos estabelecidos, à facilitação da troca e do comércio aos mecanismos institucionais e ao protocolo de cooperação judicial.

Outro aspecto citado pelo grupo foi a necessidade de fazer avançar de fato a integração, por meio de medidas que facilitem a circulação, por exemplo. Realizar, de fato, a política já proposta, a exemplo de Uruguai e Argentina, que já utilizam as placas de carro aprovadas no Mercosul enquanto no Brasil a previsão para utilizá-las é somente em 2021. Além disso, há a questão da representação do Mercosul em âmbito local e a resolução de questões relativas à integração de forma descentralizada.

Foi, também, ressaltada a importância da inclusão do tema da zona bilíngue na faixa fronteira na área da educação.

Sobre os grandes desafios, nós salientamos o que achamos mais importante: integração e segurança se contrapõem; falta participação dos níveis subnacionais e instituições de governo; o Mercosul se tornou refém de grandes empresas transnacionais; é necessária a facilitação de questões comerciais, mas com retorno para o âmbito social. Esse é o entendimento que nós temos da questão do Mercosul. Muito obrigado.

Irani Fernandes (presidente da Câmara de Vereadores de Uruguaiana)

Quando se fala que a área de controle integrado não funciona, e nós estamos falando de arco Sul, pode passar a ideia de que nada funciona no arco. Não funciona em Uruguaiana.

José dos Santos de Oliveira (Núcleo de Fronteira do Rio Grande do Sul)

Sim, mas aqui é uma questão pontual. Nós temos várias. Quando falamos na lei de segurança nacional da faixa de fronteira, fala-se também do arco Sul. Sabemos que na Amazônia é outra realidade; por isso “deve-se tratar os diferentes de forma diferente, ou os desiguais de forma desigual”.

Irani Fernandes (presidente da Câmara de Vereadores de Uruguiana)

A área de controle integrado deveria funcionar em um local só e está funcionando em dois locais. O registro é feito lá e depois tem que fazer novamente aqui; o mesmo serviço que é feito lá, tem que fazer de novo no lado brasileiro. Tem que se criar condições para que a área de controle integrado receba os entes participantes desse processo, todos eles, brasileiros e argentinos, na mesma área. E isso não acontece porque o espaço e as condições não dão conta da grande quantidade de pessoas circulando em determinadas épocas no Brasil ou na Argentina. Esses espaços são muito reduzidos, não há como conseguir atender a todo mundo. Tem ainda os sistemas, um programa nosso e um banco de dados nosso que não estão integrados com os do outro lado. Aí, fica-se obrigado a fazer dois registros.

Bolívar Pêgo (Ipea – moderador)

Obrigado. Muito bom. Vamos encerrando mais esta oficina de trabalho em Uruguiana. Em nome da equipe do Ipea eu agradeço a todos que participaram, com destaque para os nossos palestrantes e suas instituições; ao colega do Ipea Alexandre Cunha por sugerir e intermediar os contatos, bem como ao senhor Paulo Lemos; ao prefeito de Uruguiana, Ronnie Mello, e ao presidente da Câmara de Vereadores Irani Fernandes pelo total apoio na organização do evento; a diretora do Senac,²⁸ Paula Machado, por hospedar a oficina; ao vereador Fernando Alonso e colaboradores de Barra do Quaraí por nos receber e nos apoiar em todo o trabalho de campo na tríplice fronteira (Brasil-Uruguai-Argentina); e a nossa equipe, incansável nos trabalhos de organização e realização deste evento.

28. Aos colaboradores Carla Estefane Rodrigues, Sérgio de Oliveira Pippi, Alexandre Rodrigues e Marlene Oldani, que contribuíram muito com o apoio para a realização da oficina.

FIGURA 1

Grupo final de participantes da oficina de trabalho de Uruguiana

Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

Alexandre Cunha (Ipea)

Eu gostaria de agradecer imensamente a presença de vocês, ao longo destes quatro dias importantes de trabalho coletivo, foi muito importante poder contar com a participação de todos. Tivemos bastante êxito no proposto inicialmente para essa oficina, e eu tinha certeza de que isso iria acontecer. Em alguns momentos foi dito que eu fiz algum esforço para que esta oficina fosse realizada aqui, e gostaria de ressaltar que fiz esse esforço não por questões pessoais, por ser daqui da região, mas por acreditar que isso traria um olhar especial sobre essa fronteira, por acreditar na resposta que poderia dar para a fronteira brasileira como um todo. Porque se a fronteira brasileira é muito diferenciada, esta fronteira é negligenciada, porque não dá problemas, entre aspas, comparativamente à fronteira do Peru, da Colômbia, da Venezuela, do Paraguai. Não se tem um olhar sobre o que se passa aqui e o que se pode aprender e o que se pode construir a partir daqui. Eu penso que a oficina pode ajudar bastante a construir esse olhar. Obrigado!

Irani Fernandes (presidente da Câmara de Vereadores de Uruguiana)

Bolívar e equipe, nós que agradecemos a vocês. Primeiramente, a escolha de Uruguiana para a realização deste importante trabalho do Ipea e, aqui, agradeço, também, ao Alexandre Cunha pela sugestão e a intermediação e, também, ao Paulo Lemos. Em segundo lugar, pela qualidade do trabalho desenvolvido por vocês e pela oportunidade de apresentarmos e discutirmos toda a potencialidade e problemática da fronteira do arco Sul, em geral, e de Uruguiana e região, em

particular. Finalmente, continuamos à disposição e esperamos que possamos colher importantes frutos com as discussões desta semana de trabalho. Muito obrigado.

Paula Machado (diretora do Senac)

Eu também agradeço pela solicitação da utilização deste espaço do Senac. Parablenizo a equipe do Ipea pela qualidade do evento. A nossa casa está sempre aberta para recebê-los e receber todos aqueles que têm interesse na melhoria da qualidade de vida, na melhoria da nossa região. Principalmente quando está relacionado com a aprendizagem, esse é o nosso papel, o nosso trabalho, o dia a dia da escola. Então, eu me coloco sempre à disposição de todos para atendê-los da melhor forma possível. Todos têm boa vontade para trabalhar. Estou há muito pouco tempo em Uruguaiana e encontrei aqui uma equipe que tem muita vontade de fazer a diferença. Portanto, acredito que vocês conseguiram sentir isso, e ficamos de portas abertas para vocês. Muito obrigada!

Fernando Alonso (vereador por Barra do Quaraí)

Parabenizo o Bolívar e a equipe pela organização desta importante oficina e agradeço pela oportunidade de participar de todas as etapas de trabalhos tão importantes na discussão da nossa realidade fronteiriça. Esta foi uma semana muito rica, tivemos apresentações, debates, trabalhos em grupo e de campo mostrando o que é a fronteira de Uruguaiana-Paso de los Libres e a tríplice fronteira Brasil (Barra do Quaraí)-Uruguai (Bella Unión)-Argentina (Monte Caseros). Esperamos continuar com essa interlocução para alcançarmos dias melhores para a população desta nossa importante região. Muito obrigado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, p. 6.113, 3 de maio 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6634.htm>.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, p. 1, 19 jul. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Mercosul**: legislação e textos básicos. Brasília, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms/arquivos/mercosul-legislacao-e-textos-basicos>>.

GADELHA, C. A. G.; COSTA, L. Integração de fronteiras: a saúde no contexto de uma política nacional de desenvolvimento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 218, 2007. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2007.v23suppl2/S214-S226/pt>>.

GIOVANELLA, L. *et al.* Saúde nas fronteiras: acesso e demandas de estrangeiros e brasileiros não residentes ao SUS nas cidades de fronteira com países do Mercosul na perspectiva dos secretários municipais de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, p. 264, 2007. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/pdf/csp/2007.v23suppl2/S251-S266/pt>>.

KAHAN, J. P. Focus groups as a tool for policy analysis. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, Washington, DC, v. 1, n. 1, p. 129-146, 2001. Disponível em: <<https://spssi.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1530-2415.00007>>.

MORGAN, D. L. Focus groups. **Annual Review Sociology**, Califórnia, v. 22, n. 1, p. 129-152, 1996. Disponível em: <<https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.soc.22.1.129>>.

